



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Migrações qualificadas em Portugal: estudo de caso sobre
guineenses em Portugal

Aladje Umaro Bari

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Rosário Mauritti, Professora associada, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Pedro Candeias, Professor auxiliar convidado, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Migrações qualificadas em Portugal: estudo de caso sobre
guineenses em Portugal

Aladje Umaro Bari

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Rosário Mauritti, Professora associada, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Pedro Candeias, Professor auxiliar convidado, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

Aos meus pais, e(i)migrantes há décadas

Agradecimentos

Gratidão a Allah (Deus), aquele que remove as dificuldades e dá o triunfante.

Meus agradecimentos, às pessoas especiais, a minha amada Mãe Lauratu Bá e a minha querida irmã Fatumata Bari, que auguraram sempre o melhor para mim e que, apesar de estiveram distantes, no outro lado do atlântico, encorajam-me a enfrentar os desafios para realizar os meus sonhos.

Especial agradecimento à minha orientadora doutora Rosário Mauritti, pela paciência e por entender a minha aspiração e orientar-me de melhor forma possível, o seu acolhimento “afrocentrista no Iscte” é marcante. Minha sincera gratidão ao meu coorientador, doutor Pedro Candeias, pela generosidade, pelo apoio incansável, desde o primeiro dia, a qualquer hora sempre disponível.

Gratidão ao professor Rui Pena Pires, pelo apoio prestado, por me fazer acreditar que é possível avançar com o projeto e pelas aulas de migrações internacionais contemporâneas, que foram uma inspiração para mim. Agradeço também aos professores João Sebastião e João Paiva Monteiro, pelo apoio em diferentes momentos.

Agradecimento ao Meu Tio Adulai Djaló, pelo acolhimento em Lisboa, sem o qual seria difícil a minha integração na sociedade portuguesa.

Gratidão, aos meus amigos (a) e colegas no Iscte, António Pedro Manuel, Alfredo Mavinga e Zenaida Soares, pela partilha de aprendizagem e de conhecimento. Companheiros a luta continua!

A todos os participantes no inquérito da minha pesquisa, o vosso apoio foi muito valioso.

Resumo

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Sociologia, foco na área de sociologia das Migrações. O título do estudo é: Migrações qualificadas em Portugal: estudo de caso sobre Guineenses em Portugal. Em 2024, foi adotado o método de pesquisa quantitativa através de um inquérito por questionário online, aplicado a 79 indivíduos, atuais estudantes e ex-estudantes provenientes da Guiné-Bissau, que vieram para Portugal por motivos de prosseguir os estudos superiores, inscritos nos diversos cursos e nos graus de Cesp, 1.º e 2.º ciclos do ensino superior. Neste estudo, procuramos compreender as experiências desses estudantes em relação à trajetória migratória, num confronto com as suas expectativas e aspirações, ora de retorno ao país de origem, ora de fixação em Portugal no termo dos estudos. Para esta análise, caracterizamos, primeiro, as trajetórias e experiências migratórias de diplomados e atuais estudantes de diferentes instituições do ensino superior (IES) no país de destino (Portugal), segundo, as condições de vida social no percurso de mobilidade internacional por motivos de estudos e, por último, as aspirações de regresso ao país de origem. No estudo constatamos que estas experiências migratórias são tendencialmente masculinizadas e que a vinda para Portugal com um visto de estudo, ou seja, com o estatuto de estudantes internacionais é uma tendência crescente. A área metropolitana de Lisboa acolhe o maior contingente desses estudantes guineenses, tendencialmente, trabalhadores-estudantes.

Palavras-chave: Estudantes guineenses; migrações qualificadas; Ensino superior em Portugal; trajetórias e condições de vida; aspirações e expectativas de retorno.

Abstract

This dissertation was developed within the scope of the Master's in Sociology, focusing on the sociology of Migrations. The title of the study is: Skilled migrations in Portugal: case study on Bissau-Guineans in Portugal. In 2024, the quantitative research method was adopted through an online questionnaire survey, applied to 79 individuals, current students and former students from Guinea-Bissau, who came to Portugal for reasons of pursuing higher studies, enrolled in various courses and degrees from Cesp, 1st and 2nd cycles of higher education. In this study, we seek to understand the experiences of these students in relation to their migratory trajectory, in a confrontation with their expectations and aspirations, sometimes of returning to their country of origin, sometimes of settling in Portugal at the end of their studies. For this analysis, we characterize, first, the migratory trajectories and experiences of graduates and current students from different higher education institutions (HEIs) in the destination country (Portugal), second, the social life conditions on the international mobility route for reasons of studies and, finally, aspirations to return to the country of origin.

In the study we found that these migratory experiences tend to be masculine and that coming to Portugal with a study visa, that is, with the status of international students, is a growing trend. The Lisbon metropolitan area hosts the largest contingent of these Bissau-Guinean students, tending to be student workers.

Keywords: Bissau-Guinean students; qualified migration, Higher education; trajectories living conditions; aspirations and return expectations.

Siglas

IES- instituições do ensino superior

AR- área residencial

ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa

LCT- Laboratório de Competências Transversais

ESPP- Escola de Sociologia e Políticas Públicas

NEA-Núcleo de Estudantes Africanos

CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

INE- Instituto Nacional de Estatística

ULG- Universidade Lusófona da Guiné

UCB- Universidade Colinas de Boé

UAC- Universidade Amílcar Cabral

UJP- Universidade Jean Piaget

UCG- Universidade Católica da Guiné

UNG-Universidade Nova da Guine

IPN9- Instituto Politécnico Nova Esperança

IPT- Instituto Politécnico de Tecnologias

ISG- Instituto Superior de Gestão

ENA- Escola nacional de Administração

RQAN- Retorno de Quadros Africanos

MIDA-Migração e Desenvolvimento Africano

Índice

Resumo.....	i
Abstract	ii
Siglas	iii
Índice de quadros	v
Introdução.....	1
1. CAPÍTULO Enquadramento Teórico	3
1.1. Abordagem sobre migrações qualificadas: o caso dos estudantes do ensino superior	3
1.2. Características dos fluxos de migratórios por motivos de Estudo de guineenses em Portugal.....	6
1.3. Migração de retorno: Uma ideia relegada	9
2. CAPÍTULO Metodologia.....	13
2.1. Metodologia: Objetivos e questão de partida	13
2.2- Metodologia: Pesquisa do terreno	13
2.3- Abordagem do Inquérito-online	15
3. CAPÍTULO Contextualização	17
3.1. Contextualização da Educação e o Ensino Superior Guineense.....	17
4. CAPÍTULO Resultados e Discussão	21
4.1. Caraterização do contexto pessoais e familiares dos estudantes a partir do inquérito aplicado.....	21
4.2. Trajetórias académicas e condições de integração social.....	22
4.3. Condições de integração social.....	24
4.4. Trajetórias migratórias e projeto de vida em Portugal	28
4.5. As opiniões sobre melhoria condições de vida.....	32
4.6. A relação da diáspora com país de origem	36
4.7. Aspirações de regresso ou retorno á pais de origem	38
Conclusões	40
Anexos.....	48
Anexo 1 - Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal.....	48
Anexo 2 – Flyer de convite para resposta ao questionário	55

Índice de quadros

Quadro 4. 1. Caracterização sociodemográfica e económica dos inquiridos (%).....	22
Quadro 4. 2. Grau de escolaridade, por país e tipo de instituição de ensino onde completou os estudos (%).....	23
Quadro 4. 3. Áreas de estudos.....	24
Quadro 4. 4. Tipo de visto na entrada em Portugal.....	24
Quadro 4. 5. Município de residência em Portugal.....	26
Quadro 4. 6. Interrupção do percurso formativo e motivos de interrupção (%)	27
Quadro 4. 7. Principal Fonte de Rendimentos	28
Quadro 4. 8. Condição atual perante atividade económica (estudantes e diplomados) %.....	30
Quadro 4. 9. Profissão principal (atual ou última)	31
Quadro 4. 10. Perceções relativas à suficiência de rendimento enquanto estudantes e comparação com a situação no país de origem (percentagem)	32
Quadro 4. 11. Perceções sobre quais as entidades com responsabilidade de atuação na melhoria de condições de vida dos estudantes migrantes	34
Quadro 4. 12. Perspetivas de regresso à Guiné-Bissau dos estudantes e diplomados	40

Introdução

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Sociologia, com foco na área de sociologia das Migrações. Tem como título: Migrações qualificadas em Portugal: estudo de caso sobre guineenses em Portugal. O estudo focaliza-se em estudantes e diplomados guineenses que frequentam ou frequentaram cursos de graus distintos (Cesp, 1.º e 2.º ciclos) nas IES portuguesas. O interesse pela pesquisa partiu, por ser uma experiência vivida na primeira pessoa: eu próprio sou estudante em mobilidade internacional proveniente da Guiné-Bissau.

No mundo globalizado, as fronteiras são abertas a todos indivíduos, muitos dos quais se movem motivados pela procura de conhecimento e qualificações académicas. Esta mobilidade envolve, sobretudo, estudantes provenientes de países do sul global para o norte global, e tem crescido como nunca antes.

A OIM, Organização Internacional das Migrações, considera como estudante migrante pessoas que vivem fora do país de origem e que se encontram num país de destino por motivos de estudo (Sá, et, al., 2021). Em Portugal, no ano 2014, o Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho veio fomentar a internacionalização do ensino superior português, regulando o estatuto de estudante internacional nas IES. Dá assim origem a esse novo fenómeno da Sociologia das Migrações em Portugal: a imigração qualificada motivada por projetos de reforço de estudos superiores.

Se por um lado, para os estudantes da União Europeia que nasceram num país estrangeiro é possível a internacionalização pela via do programa ERASMUS e outros por outro lado, no caso de cidadãos dos PALOP, a entrada em cursos de 1.º ciclo e de mestrado integrado é feita através do concurso de acesso ao ensino superior denominado o “regime especial ou geral”. Segundo os estudos de Carvalho, et al., (2023) este regime de ingresso, abriu as portas de entrada nas IES portuguesas de muitos estudantes de PALOP (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), permitindo que correspondam a 3,15% do total dos inscritos nas IES portuguesas nos anos 2015 a 2021. Repare-se que a presença destes estudantes – entre os quais observamos evidências um fluxo crescente de provenientes da Guiné-Bissau – por um lado, se justifica pelos laços histórico-culturais com a antiga metrópole e, por outro lado, pelo motivo de qualidade de ensino e prestígio dos diplomas das IES portuguesas (Doutor, 2024; Carvalho, et al, 2023).

Não obstante, na chegada a Portugal, muitos são confrontados com barreiras sociais, económicas e linguísticas, e apesar de ingressarem com o estatuto de bolseiro, não são realmente

beneficiários de bolsas de estudo, sendo obrigados a conciliar o estudo e o trabalho durante a experiência trajetória migratória no país do destino (Mauritti et al. 2023; Doutor, 2024). Adicionalmente, para a maioria, a chegada tardia a Portugal, no final do 1.º semestre de aulas ou mesmo depois de iniciado o 2º. Semestre, contribui para o insucesso escolar desses estudantes (Mauritti, et al., 2023; Carvalho, et al, 2023). As dificuldades socioeconómicas são, frequentemente, um constrangimento, contribuindo também, para dificultar a integração na sociedade de destino. Viver num país ocidental europeu, não fica barato. O elevado custo de vida coloca a esmagadora maioria desses estudantes num dilema entre a necessidade de trabalhar para assegurar a sobrevivência e manter vivo o projeto de obtenção de um diploma de ensino superior em Portugal.

A Guiné-Bissau é um país da África Subsaariana com desigualdades sociais generalizadas, sobretudo no que respeita à educação e, mais ainda, no acesso ao ensino superior (Sucuma, 2013; Djalo, 2014; Sani, et al., 2014). Na última década tem-se registado um aumento dos candidatos guineenses às IES portuguesas (Mauritti, et al., 2023). A procura de visto de estudos, na embaixada portuguesa tornou-se a via legal e fácil para migração qualificada dos estudantes para Portugal. Porém, esses estudantes estudam por conta própria, sem apoio direto ou bolsa de estudo do Estado. Face a este cenário, a nossa pesquisa foca os estudantes e diplomados guineenses que frequentam ou frequentaram cursos superiores nas universidades e politécnicos em Portugal. Na pesquisa, questionamo-los sobre os projetos dessas migrações qualificadas em Portugal, procuramos compreender as suas trajetórias e condições de vida ao longo da sua jornada académica e, finalmente, procuramos saber as suas perspetivas e aspirações de retorno ao país de origem.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, são abordados os enquadramentos teóricos sobre migrações qualificadas. No segundo capítulo, são apresentados os conceitos, a metodologia de pesquisa e objetivos gerais, e a pergunta de partida. No terceiro capítulo realiza-se uma breve contextualização da educação, e do ensino superior guineense. No quarto e último capítulo são apresentados os resultados e são discutidos os dados empíricos. Finalizamos o trabalho com uma conclusão.

1. CAPÍTULO| Enquadramento Teórico

1.1. Abordagem sobre migrações qualificadas: o caso dos estudantes do ensino superior

Nas perspetivas das migrações internacionais considera-se “a migração como um processo criador de redes, na medida em que desenvolve uma teia cada vez maior de contactos entre os locais de origem e de destino” (Portes, 1999:27). Deste modo, a ONU e os próprios teóricos das migrações consideram que o migrante internacional é um indivíduo que se move para outro país que não o da sua residência habitual, por um período de pelo menos um ano, independentemente das causas, razões e meios desse movimento¹. E, neste sentido vários estudos apontam que, aproximadamente, cerca de 3% da população mundial é migrante, pelo contrário os restantes 97% não emigra, ou seja, vive no país de origem (Pires, 2003).

A respeito à migração de estudantes, Alves caracteriza a “internacionalização do ensino superior como um processo que se configura através da participação em programas estrangeiros, através de mobilidade física ou virtual dos estudantes, promovida e condicionada por um conjunto de fatores sociais, políticos, económicos, entre outros” (Alves, 2015:13). Concretamente, na presente pesquisa, como em Seabra et al. (2016:11), temos como foco os estudantes que migram mas com o objetivo de frequentar o ensino superior em Portugal” ou, ainda como Ioiro (2018: 26), enquadramento no estudo sobre migração qualificada, cidadãos guineenses que abraçaram “a migração como caminho para a aquisição de mais qualificação”.

Nas estatísticas da ONU, são considerados todos os indivíduos que vivem fora do seu lugar de origem ou habitual independentemente da razão desta mobilidade. É o caso dos migrantes que chegam a Portugal com qualificação de licenciatura e pretendem prosseguir cursos de mestrado ou de doutoramento (Góis et al., 2007). Tecnicamente, estes fluxos de migração qualificada dos estudantes são percecionados como uma mobilidade associada à “presença transitória”, seja pelo regresso imediato após o termo dos estudos, seja pela remigração para outros destinos (Marques et al., 2023:48). Para Malheiros (1996) a situação de Portugal evidencia bem a importância que antigas as relações coloniais devem ter no estabelecimento de fluxos migratórios entre antigas colónias e metrópole, uma vez que cerca de 40% dos estrangeiros legais presentes no país nos anos 80 e 90 eram provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

¹ Cf. <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/> (junho 2024)

De acordo com Seabra, et al. (2016:45), nas últimas décadas o sistema de ensino superior português sofreu uma reconfiguração, tornando-se mais democrático, através da abertura a novos públicos, o que quebrou o paradigma tradicional e aumentou a diversidade de acesso e da oferta de ensino.

Esta nova dinâmica de diversificação e social associada à inclusão desses públicos no ensino superior em Portugal, que reflete no sucesso dos percursos escolares descendentes de africanos, já é uma realidade “emergente” nas (IES) portuguesas (Seabra, et al., 2016:5).

Relativamente aos fluxos mais recentes, sobretudo associados à procura de educação, têm como principal enquadramento legal o D-L n.º 113/2014 de 16 de julho, que nos art.º 1.º e 2.º, que regulamenta o acesso e ingresso dos estudantes internacionais no ensino superior nacional por via dos concursos especiais, seja no setor público, como no particular e cooperativo. Este dispositivo legal facilitou o aumento significativo da presença dos estudantes de PALOP nas Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas. Razão pela qual se observa que, na última década, no todo de entradas em Portugal, mais de metade tenham como motivação o projeto de prosseguimento dos “estudos”, envolvendo em especial jovens estudantes guineenses (Mauritti et al., 2023:47).

Apesar da existência de algumas universidades e escolas de formação técnico-profissionais em Bissau, o sistema de ensino superior na Guiné-Bissau tem uma oferta muito insipiente (ou mesmo inexistente) nas áreas técnicas, de engenharia e ciências, e ainda não oferece estudos pós-graduados (mestrado e doutoramento) (Sucuma, 2013 & 2015; Sani et al., 2014). A procura pelo ensino superior português continua, pois, a ser um projeto pessoal de muitos dos jovens guineenses.

Em consequência desse fenómeno, os países africanos emissores de estudantes – entre os quais se destaca a Guiné-Bissau – tendem a perder mão de obra qualificada, impactando de forma negativa o seu processo de desenvolvimento, quer económico, quer social e cultural (Langa, 2017). Góis, et al., (2007) classificam como um fenómeno de *brain drain* indireto, as saídas de indivíduos motivadas pela continuidade dos estudos superior, e que concluindo, ou não, a sua formação, tendem permanecer no país de destino (no caso, em Portugal), não retornando aos seus países de origem.

Segundo Oliveira (2012), a migração estudantil em Portugal tem duas categorias: 1) a mobilidade enquadrada pelos protocolos entre Portugal e os PALOP no âmbito dos acordos de cooperação, para a qual foi criada um “contingente especial” de acesso para cursos de licenciatura; 2) a “mobilidade espontânea” protagonizada por diplomados provenientes de países

terceiros, entre os quais os países africanos, para prosseguimento de estudos especializados de mestrado ou de doutoramento, frequentemente em graus e/ou áreas sem oferta no país de origem; 3) enquadrada no programa de mobilidade-Erasmus, que geralmente é promovida no âmbito de protocolos entre instituições parceiras de ensino superior da União Europeia.

No caso específico de estudantes africanos, existem protocolos de cooperação entre Portugal e os PALOP no âmbito educativo (o concurso especial para bolseiros nacionais dos PALOP é um exemplo) que facilitam a entrada e permanência dos estudantes no país.² Deste modo, alguns consideram este processo de dicotomia “mobilidade ou migração” (Ioiro, 2018), visto que o movimento estudantil tanto pode revelar-se temporário como permanente.

Muitas vezes, começa por estar vinculado a um projeto migratório temporário que visa a qualificação e o retorno ao país, mas frequentemente, reconverte-se depois num projeto migratório de longo prazo, desfasado das motivações iniciais.

Como referem Marques, et.al (2007:98) “é necessário fazer referência a um grupo específico de não nacionais que embora não faça parte da população ativa e, por isso, não ser frequentemente considerado na análise e caracterização da população imigrante altamente qualificada”. De facto, nos primeiros meses em Portugal o visto de estudante não permite o exercício de qualquer atividade remunerada formal. Com a renovação e a atribuição de “título de residência”, os estudantes passam a poder trabalhar a tempo inteiro ou tempo parcial. Nesta condição, enquanto ativos são sujeitos a descontos para o sistema de segurança social, bem como ao imposto sobre o rendimento de trabalho designadamente, IRS, Segurança Social e outros aplicáveis. A condição de estudante-trabalhador, coloca estes estudantes internacionais na mesma situação que a dos imigrantes laborais.

Langa (2017) defende que, através da mobilidade internacional, os países africanos, emissores de estudantes para Europa e restantes países da OCDE, tendem a perder os “jovens intelectuais” e a mão-de-obra qualificada que poderia contribuir no seu desenvolvimento socioeconómico, referindo-se assim ao fenómeno do *brain drain*, ou seja, de “fuga de cérebros”. Este autor defende que a migração de estudantes e de pessoas qualificadas apresenta-se maior entre as ex-colónias africanas e as antigas metrópoles europeias, como por exemplo a França, onde mais de 30% dos estudantes internacionais são oriundos dos seus ex-territórios africanos (Langa, 2017:234). Neste caso específico da migração africana, o autor revela um estudo interessante sobre a análise e abordagem aprofundada sobre a matéria de migração estudantil internacional e experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro, que tem

² <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/d-bolseiros-nacionais-PALOP> (junho 2024).

de alguma forma a similaridade a este estudo. Prevalece a ideia de Portugal como um país colonizador no passado, aos Países da CPLP com uma ligação histórico cultural e, no presente exerce sua influência político e diplomático nas respetivas geografias (Idem, Ibidem).

Como sublinha Januário (2007:63) o impacto da intensificação dos fluxos emigratórios nos segmentos mais qualificados da população contribuiu para que “os temas das migrações passassem a ocupar um lugar central no debate sobre a coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento”. Apelando-se, cada vez mais, à procura de mecanismos que assegurem um maior equilíbrio nos proveitos desses fluxos, tanto para os países de origem, como para os de acolhimento.

Em meados da primeira década do século XXI, o Estado português adotou uma nova política migratória (Resolução de Conselhos de Ministros n.º 63, A/2007), incentivando a migração qualificada. Esta inclui os setores de educação, emprego, habitação e saúde, e facilita a mobilidade internacional de profissionais ou investigadores e estudantes que pretendem ingressar no país (Có,2009).

1.2.Características dos fluxos de migratórios por motivos de Estudo de guineenses em Portugal

A organização internacional das migrações (OIM) revela que no ano de 2017 a mobilidade por motivos de estudo envolveu mais de 5,3 milhões de estudantes internacionais. Face ao ano 2000, em que foram registados cerca 2 milhões de estudantes internacionais no mundo, o incremento da mobilidade estudantil no ensino superior ronda no período os 150%. No seguimento desta tendência global, na última década, também em Portugal estes fluxos migratórios têm vindo a aumentar, para o qual, como referido atrás, muito contribuíram as políticas de internacionalização das instituições do ensino superior, a qual apresenta cada vez maior centralidade para as instituições, sendo inclusive um indicador de qualidade adotado pelos mais diversos sistemas de *ranking* (Sá, et al, 2021:104).

Os dados do Observatório das Migrações revelam que “desde a viragem do século se diversificaram mais as qualificações dos imigrantes residentes em Portugal em virtude da chegada ou reforço de novos fluxos de imigração” (Oliveira, 2021:98). O movimento estudantil é o fluxo mais emergente. De acordo com Mauritti, (et al., 2023:5) mais de metade (53,6%) das entradas de migrantes em Portugal, já aconteceram por motivos de estudo no ano de 2020. Em termos de número de estudantes internacionais provenientes dos PALOP o aumento dos guineenses é particularmente notório a partir de 2019, ano em que passaram a ser a segunda maior comunidade

estudantil de PALOP, logo a seguir à cabo-verdiana (Mauritti, et al, 2023). Os estudantes internacionais de origem africana que ingressam em Instituições de Ensino Superior em Portugal estão em duas fileiras: primeiro, os alunos descendentes de imigrantes (sem nacionalidade portuguesa) que fizeram o percurso escolar nos ciclos anteriores pré-universitários já em Portugal; segundo, os alunos que acedem através, ora do estatuto de estudante internacional, ora por via do concurso especial para bolseiros dos PALOP (Seabra, et al.,2016).

A análise dos movimentos migratórios por motivos de estudo na Guiné-Bissau e nos restantes países com língua oficial portuguesa tem o seu enquadramento nos acordos da CPLP. É, neste âmbito que, em 2014, é publicado o Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, que regula os concursos especiais para o acesso e ingresso no ensino superior (Mauritti, et al., 2023). Com efeito, os dados dos Censos 2021 indicam que, em Portugal, existem cerca de 5.562 cidadãos da Guiné-Bissau com um grau de escolaridade completo (ensino básico e secundário), destes 25% têm o ensino básico (até 3º ano e 24% tem 3º a 9º ano); 38% têm o secundário. No total de estudantes do ensino superior em Portugal cerca de 11% são cidadãos guineenses (INE, 2021).

A maior parte dos estudantes migrantes no seu país de origem, neste caso específico a Guiné-Bissau, apresentam traços de forte distintividade em termos de perfil qualificacional e de classe social – como uma forte representação de profissionais técnicos e de enquadramento: envolvendo, sobretudo, trabalhadores assalariados que exercem atividade profissional como técnicos superiores da função pública e docentes no ensino básico e secundário (Co,2009 & 2002).

Não obstante, enfrentam um “contraste de classe social” no país de acolhimento, obrigados a conciliar os estudos académicos de nível superior com atividades laborais em setores desfasados do seu percurso académico e experiência profissional no país de origem (os homens na construção civil, as mulheres nas limpezas) (Pereira, 2013). Apesar da experiência migratória ter na sua génese um projeto educativo, a necessidade de fazer face a despesas de manutenção e de resposta geral a necessidades do quotidiano implica, frequentemente, o trabalho a tempo integral em atividades desqualificadas difíceis de conciliar com atividades de estudo.

Alguns estudos (Sá et al. 2021; Mauritti et al. 2023; Doutor, 2024; Carvalho et al, 2023) revelam que muitos destes estudantes chegam a Portugal sem apoio público específico – mesmo que alguns ingressem no sistema de ensino nacional com o estatuto de “bolseiro”. A ausência desse apoio é a razão por que rapidamente têm de procurar um rendimento de trabalho, para sustentar os estudos e a sua manutenção na sociedade de acolhimento. Efetivamente, muitos não conseguem manter o estatuto de estudante-trabalhador devido as dificuldades de conciliar o

trabalho e estudos. Na realidade, muitos destes estudantes internacionais em mobilidade vivem frequentemente o dilema de conciliação dos estudos com o experimentar a vida de outra forma, por exemplo, através da experiência pessoal e laboral e das vivências num país da Europa, de contraste sociocultural com o seu próprio país de origem (Machado, 2002; Ferreiras, et al., 2017; Doutor, 2024).

Na chegada a Portugal, no seu acolhimento e integração, os estudantes, frequentemente, deparam-se com dificuldades, quer porque as atividades de receção de novos estudantes, promovidas pelas IES, não estão focadas nas suas necessidades, académicas e sociais, específicas; quer porque as associações de estudantes da diáspora guineense, não conseguem assegurar uma mentoria inicial a todos esses novos colegas (Carvalho, 2023; Doutor, 2024).

No âmbito do programa de bolsa de estudo para estudantes PALOP, por exemplo, da Fundação Calouste Gulbenkian e, sobretudo, do Camões, IP, durante vários anos foram atribuídas bolsas de estudo (Coutinho, 2015; Doutor, 2024; Carvalho, 2023). Estas permitiram que alguns estudantes desses países beneficiassem de um apoio financeiro direto no acesso ao ensino superior, em diferentes graus de formação (Licenciatura, Pós-graduação e Doutoramento).³ Verifica-se que entre anos de 2000 e 2003, as bolsas de licenciatura constituem o maior número (beneficiando sobretudo estudantes provenientes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). As bolsas de pós-graduação representam cerca de 37% de Angola, 24% e 19% de Moçambique respetivamente (Coutinho, 2015).

De acordo com Maria Hermínia Cabral, que discursava na conferência da CPLP sobre a atual mobilidade académica no espaço lusófono: “alunos e docentes dos PALOP vêm para Portugal ou para o Brasil, os docentes de Portugal e do Brasil lecionam, suprimindo necessidades nas instituições de ensino Superior dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste” (citada em Avellar, et al., 2016:41).

Segundo Januário (2007), a mobilidade de estudantes internacionais tem vantagens positivas que beneficiam países de acolhimento e desenvolvidos e por outro lado, fomenta o fenómeno de fugas de cérebros que preocupam os países em desenvolvimento, enquanto principais emissores de estudantes. Com efeito, essa migração espontânea representa, um aumento da consciência, por parte das pessoas, das oportunidades e adversidades existentes noutro países estrangeiros (Portes, 1999). Gonçalves (2009), aponta que há uma distinção básica

³ Vale sublinhar que as bolsas Gulbenkian são bolsas de mérito, ao longo dos anos beneficiaram um número irrisório de estudantes guineenses (Mauritti, 2023, p. 10).

entre os migrantes que, por um lado, tencionam que, a sua partida seja fixação permanente e, por outro lado, aqueles que tencionam que seja temporária, perspetivando um retorno.

Estes autores defendem que, a maior parte dos migrantes que retornam fazem-no por motivos familiares, ou seja, a reunificação familiar é apontada como a principal razão do retorno dos emigrantes. Por tanto, apesar de a maioria dos migrantes tenham inicialmente coprojecto retornar um dia ao país de origem, seja de forma temporária ou em permanência, tal parece ser recorrentemente relegado para último plano.

1.3.Migração de retorno: Uma ideia relegada

De acordo com Bovenkerk (como citado por Marques et al, 2023:38) “a migração de retorno-simplesmente é definida como um movimento migratório de regresso ao país de origem ou local ou região de onde se partiu”. Trindade (2013, como citado por Silva, 2016:88) define- “o conceito de retorno e regresso: regresso, sempre que a deslocação para o país de origem seja voluntária; retorno, sempre que a saída do país de acolhimento seja compulsiva”. Este é um processo dinâmico, que envolve em permanência projetos difusos de regressar/reemigrar, quer no país destino, quer país na origem de imigrante.

Alternativamente, Constante (2020:5) definiu o retorno como um processo que abrange todos aqueles com intenções específicas de permanecer no exterior permanentemente, mas que ao longo da sua trajetória podem retornar ou mudar-se para um terceiro país. Assim, alguns dos envolvidos nestes fluxos podem até mesmo circular entre países ou entre o país de origem e o anfitrião em intervalos de tempo regulares ou irregulares.

Segundo Czaika *et al.* (2014), a teoria *push and pull*, sobre a atração/repulsão de populações, defende que a principal causa das migrações internacionais está relacionada com o diferencial de oportunidades socioprofissionais e de cidadania entre os países de saída e de destino: daí os fluxos contemporâneos envolverem sobretudo pessoas oriundas do “terceiro mundo” ou sul global para o “primeiro mundo” ou norte global. No mesmo sentido, Marques et al. (2023), assinalam que os fatores condicionantes do retorno dos emigrantes qualificados pressupõem a existência de políticas públicas “atrativas” no país de origem. Mas também há outros fatores na migração de retorno voluntária (por motivos familiares ou por reforma, por exemplo). Esta intenção de regresso dos migrantes altamente qualificados depende do nível do seu rendimento (onde atuam como diáspora empenhada para desenvolvimento nos locais de origem).

Como refere o relatório de desenvolvimento humano de 2009 de PNUD: “os migrantes estimulam a produtividade económica dos países e dão a eles mais do que recebem” (Carvalho, 2015:135).

Marques e colaboradores (2023:41) enfatizam que “o retorno pode ser bem-sucedido dependendo de vários fatores sociais, económicos, políticos, institucionais e também no próprio no processo reinserção na sociedade de origem”. Cassarino (2013) classifica a migração de retorno como processo de “codesenvolvimento” ao país de origem. Com efeito, sustenta a ideia de existe uma relação entre migrações internacionais e desenvolvimento económico nos países de proveniência dos migrantes. Sabemos que o mais frequente é desejo de retorno, que surge na época e da fase de idade de reforma. O que autor tem defendido a logica de *return of retirement* (Cerase, 1974).

Mas este desejo também pode acontecer nos primeiros momentos de chegada no destino, devido a dificuldade de adaptação ou assimilação durante acolhimento, o que o mesmo autor considera o *return of failure*. Apesar da nostalgia, o desejo de retorno está a ser relegado recorrentemente nas trajetórias dos emigrantes, sendo justificada nas desigualdades ou em vicissitudes de várias ordens: políticas, sociais e culturais dos locais no país origem.

Segundo Rzozowski (2012:142) “os programas de assistência oficial para o desenvolvimento são oferecidos e direcionados aqueles países (especialmente da África subsaariana) têm como um objetivo principal criar empregos na região emissora, limitando assim a migração à Europa”. Neste sentido as diferentes teorias aprovam o empenho das sociedades internacionais sobre a temática da migração de retorno, de retorno. Por exemplo, os apoios da OIM-Portugal ao retorno voluntário de emigrantes para a países de origem—como é o caso de projetos como o RQAN-retorno de quadros africanos e MIDA-migração e desenvolvimento africano, lembra se, este programa surge em 1983, como necessidade de resposta à situação de muitos quadros africanos que se espalhavam na diáspora (fora dos seus países de origem), e que estrategicamente são recursos para o desenvolvimento do continente, que beneficiaram alguns quadros guineenses, facilitando o seu regresso ao país de origem (Co, 2002:2).

No seu estudo, Carvalho, demonstra, por exemplo, que “as comunidades guineenses bem inseridas na sociedade de acolhimento já contribuem em remessas que estão a contribuir para o desenvolvimento do país de origem com valor acrescentado, porque terão criado raízes e desenvolvido um capital social e humano indispensável para um apoio de maior qualidade” (Carvalho, 2015:142) Cassarino (2013), defende que o retorno à pátria seja a de uma experiência

migratória bem-sucedida, durante a qual os migrantes alcançaram os próprios objetivos e enviam parte dos ganhos à família (Cassarino, 2013:24).

Constata-se, na prática, que, frequentemente, os migrantes planeiam o seu regresso não de curto prazo, ou médio prazo, mas pelo contrário de longo prazo, ou seja, o retorno na velhice (Marques, et al., 2023; Co, 2002). A ideia de retorno acaba, assim, por ser *relegada* durante a vida ativa dos emigrantes, apenas vindo a ser executada já na fase de transição para a inatividade, pondo fim à trajetória migratória. Enquanto ativos, muitos acabam por apostar na sedentarização no local de destino. Para Machado, (2009:8) falar-se de sedentarização é falar do ponto de não retorno atingido pelas populações imigrantes no seu processo de inscrição societal nos países recetores.

Como assinalado atrás, para tal contribui, também, a inexistência no país de origem (Guiné-Bissau) de políticas ou programas de incentivo ao regresso, facilitadores da reintegração dos migrantes. Por isso, o retorno é, muitas vezes, classificado como o mito: a ideia é associada da instabilidade das ordens sociais e políticas da Guiné-Bissau desencorajam qualquer migrante a trocar a Europa pela África, pondo em causa o seu plano de vida e futuro (Co, 2002).

Especificamente em relação aos guineenses em Portugal, os trabalhos realizados (Machado, 2002; Co, 2009 & 2002; Carvalho, 2015; Costa, 2016; Balde, 2019; Doutor, 2024) permitem contextualizar a migração guineense nestas várias tematizações, destacando a intensificação dos fluxos migratórios, por motivos laborais e, em especial, os motivados pela procura de qualificação, sobretudo a partir da segunda década do século XX (Mauritti, 2023). Percebe-se que durante décadas as imigrações africanas em Portugal foram “as migrações vistas retrospectivamente, ajudaram a construir o país [Portugal] tal como o conhecemos hoje, contudo a emigração e imigração modelaram a sociedade portuguesa ao longo do último século” (Góis, 2018:126). Através a sua mão de obra não qualificada, quer nas obras públicas, quer na construção civil.

Portanto, na análise de diferentes correntes (Machado, 2002 & 2009; Pires, 2003; Có, 2009; Alves, 2015; Langa, 2017; Iorio, 2018; Oliveria, 2017; Sa, et al., 2021; Mauritti, 2023; Carvalho, 2023; Doutor, 2024; Marques, 2023, entre outros) vimos que a teorização e discussão dos fenómenos migratórios atravessa um conjunto diversificado de tematizações e problemáticas, entre as quais destacamos, nomeadamente, as seguintes: migrações, migrações qualificadas, migrações por motivos de estudo; trajetórias de vida e sociais no confronto entre posições sociais no país de origem e no de acolhimento, redes de entreajuda na diáspora, remigração para países terceiros; retorno ao país de origem.

2. CAPÍTULO| Metodologia

2.1. Metodologia: Objetivos e questão de partida

A presente dissertação tem como foco central o estudo das migrações qualificadas em Portugal: estudo de caso de guineenses em Portugal. A temática é justificada por ser um fenómeno ainda relativamente pouco estudado pela sociologia das migrações na Guiné-Bissau, país carente de quadros e de pesquisas específicas em diferentes domínios.

Por conseguinte, iniciei a presente pesquisa com as questões que frequentemente me inquietam relativamente a vida dos estudantes africanos em mobilidade, em Portugal: 1. Qual foi o percurso escolar e profissional destes estudantes guineenses? 2. Quais as suas experiências de adaptação à nova sociedade? 3. Quais as suas categorias profissionais atuais? 4. Como avaliam os seus rendimentos numa lógica comparativa ao país de origem? 5. Quais as suas perspetivas ou intenções de regresso após o término de estudos? A partir destas reflexões empíricas pude analisar os textos teóricos e enquadrá-los em função da pesquisa do campo que desenvolvi e tentando dar respostas a todas perguntas e conteúdos teóricos abordados. Assim como refere Ferreira et, al., (2017), este é um processo de construção de conhecimento no campo das ciências sociais.

O objetivo geral do estudo visa caracterizar percursos e experiências migratórias de diplomados e atuais estudantes guineenses de diferentes cursos e graus de ensino superior em Portugal. Procuramos produzir uma análise teórica e empiricamente informada das experiências desses estudantes em relação ao projeto migratório, num confronto com as suas expetativas e aspirações, ora de retorno ao país de origem, ora de fixação em Portugal no termo dos estudos.

Especificamente, pretende-se: 1) promover uma análise aprofundada do projeto migratório, incluindo condicionantes e motivações que acompanham a vinda para Portugal; 2) demonstrar os níveis de inclusão e participação na sociedade de acolhimento, nas IES de Portugal; 3) analisar experiências transformativas que estão na base da decisão de permanência na sociedade de destino (Portugal) ou na decisão de retorno ao país de origem, a Guiné-Bissau.

A questão de partida que orienta a dissertação é: Quais os projetos de migrações qualificadas de estudantes guineenses subjacentes aos seus percursos académicos e profissionais em Portugal?

2.2- Metodologia: Pesquisa do terreno

António Firmino da Costa no seu estudo a “pesquisa do terreno” em sociologia define “um método como estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo nomeadamente sobre a seleção e articulação das técnicas de recolha e

análise da informação” (Costa, 1986:130). O método é definido, também, como “conjunto de regras metodológicas e técnicas a seguir na procura de determinados modelos fixos sobre o objeto de investigação, em lidar com as novas realidades e complexidades no mundo contemporâneo” (Ferreira, et al., 2017:17).

Nesta linha reflexiva, desenvolvemos as estratégias metodológicas da pesquisa sociológica, através de uma abordagem quantitativa de pesquisa do terreno, apoiada na realização de um inquérito *online* que procurou caracterizar estudantes guineenses em mobilidade para fins de estudos em Portugal. Sendo disponibilizada através da plataforma *Qualtrics* no formato digital *online*. Este inquérito por questionário encontrava-se subdividido em três blocos: Apresentação de estudo (2 perguntas, incluído a de consentimento informado), informações pessoais (59 perguntas), percursos escolar e profissional (22 perguntas).

Entretanto, “o palco preferido” da pesquisa do terreno (organizacional e urbana) envolve os espaços académicos: universidades e faculdades, Institutos Politécnicos, públicos e privados, em Portugal. A análise sociodemográfica toma como unidade de análise os agregados residenciais dos estudantes, considerados como pequenas unidades sociais (Costa, 1986). E, sabendo que, “o relato de vida produz o material que exprime, simultaneamente, o peso das determinantes sociais nas trajetórias individuais” (Digneffe, et al., 1997:207).) Nesta linha, de raciocínio tendo em conta o público e objetivos visados e estabelecidos, este é um estudo com uma abordagem teórico-prático.

O inquérito por questionário aplicado foi precedido de um pré-teste, aplicado em papel a 12 estudantes no Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, ao longo de duas semanas do mês de março de 2024. Neste pré-teste procurámos aferir em que medida a formulação de perguntas e categorias associadas de opções de resposta cobriam, ou não, a variedade de experiências migratórias, em termos passados, presentes e enquanto orientações face ao futuro. Os resultados obtidos nesta fase de validação do instrumento de inquirição permitiram incorporar algumas questões e opções de resposta relevantes face aos objetivos do estudo. Estes contactos prévios, tal como os posteriores, de aplicação do instrumento final, foram precedidos de uma apresentação do âmbito e dos objetivos do estudo, com solicitação do consentimento dos inquiridos para participação na pesquisa. Finalizado o pré-teste, a versão final do inquérito por questionário foi realizada na plataforma *Qualtrics*, frequentemente utilizada em pesquisa de inquirição *online* por investigadores do Iscte.

Sabendo que pesquisar no campo requer um esforço de comprometimento com uma “tarefa de uma grande aventura” (Ferreira, et al., 2017), decidimos embarcar nessa aventura e

delimitar a pesquisa aos atuais e antigos estudantes internacionais provenientes da Guiné-Bissau com os objetivos de ingresso no ensino superior em Portugal. Em termos operatórios, foram considerados todos os respondentes que declararam ter ingressado em Portugal com um visto de estudante, para frequentarem cursos de diversas áreas disciplinares e ciclos de estudo: cursos técnico-profissionais, licenciatura, mestrado ou doutoramento.

2.3- Abordagem do Inquérito-online

O material empírico recolhido pela via do inquérito por questionário *online* engloba 79 respostas válidas. Foi recolhida informação sociodemográficas referente aos agregados familiares e/ou outras pessoas significativas no contexto relacional mais íntimo ou de maior proximidade dos estudantes e diplomados em Portugal. A divulgação do estudo incluiu um *flyer* com uma ligação ao questionário através de *Qrcode* (ver anexo).

Para além disso, o *link* foi divulgado através dos correios eletrónicos, por via do email institucional, e recorrendo a diversos pontos de contacto – seja serviços do Iscte, como o Gabinete de comunicação da ESPP, o Laboratório de Competências Transversais ou, ainda, o Núcleo de Estudantes Africanos do Iscte: Adicionalmente, contámos ainda com alguns contactos de docentes em outras IES, grupos de *WhatsApp* ou núcleos de estudantes guineenses nas outras IES, partilhas a amigos e colegas atuais e ex-estudantes de IES em Portugal. A recolha de dados para esta pesquisa do terreno teve a duração de três semanas, entre 16 de maio e 3 de junho do ano de 2024.

3. CAPÍTULO | Contextualização

3.1.Contextualização da Educação e o Ensino Superior Guineense

A Guiné-Bissau, é um pequeno país da costa ocidental da África, que faz fronteira a Norte com a República do Senegal, ao Leste e ao Sul, a República de Guiné-Conacri e, a Oeste, com o Oceano Atlântico. Tem uma fraca densidade populacional, com cerca de dois milhões de pessoas numa superfície de 36.125 km². O país é dividido por zonas provinciais Norte, Sul e Leste, numa organização com nove (9) regiões administrativas nomeadamente Bissau, Tombali, Quinara, Cacheu, Oio, Bolama, Bafatá e Gabú. O território está dividido pela parte continental e a parte insular, esta constituída por cerca de 40 ilhas, ainda com vários rios, dos quais os principais são: o rio Cacheu, o Buba, o Geba, o Mansoa, e o Corubal (Semedo, 2011 citado por Sani, et al., 2014:129).

De acordo com vários relatórios de monitorização da Estratégia Nacional de redução da Pobreza – DENARP II, a instabilidade política da Guiné-Bissau afetou as instituições do Estado e a prestação de serviços à população, por exemplo, a educação. Em consequência disso, a Guiné-Bissau é hoje um dos países mais pobres do mundo (Sani, et al, 2014). Segundo Sucuma (2015:8) “a partir dos finais dos anos 90 até 2002 houve um razoável avanço de acesso à educação por parte da população em relação ao período anterior à independência, até à década de 1970”.

Os dados estatísticos da educação da Unicef de 2021, revelam que no país, a capital, Bissau, apresenta as taxas mais elevadas de frequências do sistema escolar de crianças, entre o 1.º e o 3.º ciclo no ensino básico, e também no secundário (85%, 17% e 20%; nas regiões do interior as taxas são, respetivamente, 51%, e 3% e 1%). As desigualdades que opõem a capital face às restantes regiões, são ainda intensificadas, especialmente, quando lidas numa perspetiva de comparação internacional, onde o limiar mínimo de escolarização para a participação plena na sociedade é o 12.º ano. Para o baixo perfil de qualificações da população na Guiné-Bissau, contribui, também, o facto de a escolaridade obrigatória permanecer no 6.º ano ou no 2º ciclo do ensino básico. Essa é, certamente, uma das razões para a manifesta dificuldade em universalizar mesmo o limiar básico de educação, bem como para a tão baixa participação nos níveis secundário e superior (onde a taxa de participação ronda os 2,5%) (Unicef, 2021).

Segundo Sani et al., (2014:139) após a independência do país, existiam poucos quadros e técnicos superiores. As autoridades guineenses, cientes desta situação, assinaram acordos de formação técnica e superior com alguns países, entre os quais, Bulgária, URSS, Cuba, Brasil, França, Argélia, Senegal e Portugal. Segundo Sucuma, (2015), o ensino superior na Guiné-Bissau iniciou e tem evoluído de uma forma paulatina e em fases. No que tange às políticas públicas

voltadas para este patamar mais elevado de educação, notamos, a partir da nossa contextualização, que o país começa a esboçar a arquitetura do seu ensino superior nos anos de 1977 (Djalo, 2011:197).

Note-se que nos meados de anos 70 e 80, existiram algumas escolas superiores públicas na Guiné-Bissau, designadamente as escolas de formação de professores (Chico Té; 17 de fevereiro; Escola de Bolama), a Escola Nacional de Desportos, a Escola Nacional de Saúde, a Escola de Administração (ENA) e duas faculdades (Direito e Medicina). Em 2017, o governo guineense em parceria com a Unicef iniciou um processo de descentralização da formação de professores e quadros médios para a função pública, com a criação de três escolas sediadas em Bafatá, Buba e Cacheu – municípios localizados no interior do país, nomeadamente o Centro de Formação Domingos Ramos, o Centro de Formação Serifo Fall Camará, o Centro de Formação Domingos Mendonça (Sucuma, 2013 & 2015; Sani et al., 2014).

Relativamente às universidades, só vieram a surgir no século XXI, a partir dos anos de 2003 e 2004, com a Universidade Colinas de Boé e, mais tarde, a Universidade Amílcar Cabral (Sucuma, 2013). De acordo com os autores (Sucuma, 2013 & 2015; Sani, et al., 2014), após anos de discussão política e ideológica e de tentativas falhadas de sucessivos governos criação de uma universidade pública, em 1999, é fundada a Universidade Amílcar Cabral (UAC) (decreto n.º 6/99 de 6 de dezembro de 1999). Mas a falta de recursos públicos para assegurar o seu funcionamento, determinou a sua cedência formal à gestão privada (entre 2008 e 2013), assumida pela Universidade Lusófona, sucursal de Portugal.

A transição da UAC, em 2013/2014, novamente para a gestão pública, é assegurada após a nomeação da Reitora Zaida Correia. Mas apenas em 2015/2016, com o apoio financeiro das Nações Unidas, inicia-se um novo período de funcionamento. Nesse ano, os novos estudantes ingressam num ano preparatório comum, ingressando na licenciatura no ano seguinte.

Vale a pena referir que até hoje a Universidade Amílcar Cabral da Guiné-Bissau, mantém-se em funcionamento sem que os seus estatutos tenham sido formalmente aprovados. Apesar disso, neste ano de 2024, em abril, a Universidade (oito anos após entrar em funcionamento) entregou os primeiros diplomas de licenciatura, no curso de TIC. É, assim, perceptível a falta de uma estratégia governativa clara para a educação e o desinvestimento público na área, particularmente notório na educação superior.

A oferta de ensino superior no país é assegurada, no fundamental, por instituições de ensino privadas nomeadamente a Universidade Lusófona-ULG; Universidade Jean Piaget-UJP; Universidade Católica-UCG; Universidade Nova-UN; Instituto politécnico IPN9; Instituto Superior Horizonte e Instituto IPT/ISG, Instituto Superior Bimantecs. A partir dos dados

mencionados, pode se afirmar que o país conta, até os anos de 2013, com 23 instituições entre as de formação técnica e superior (Sani, et al., 2014:137).

E, a maioria dessas são instaladas sobretudo no centro urbano da capital, e em áreas ligadas à formação de professores, à gestão, administração e políticas públicas, por um corpo docente com vínculos precários, que não tem, em geral, o perfil científico e técnico exigido, exercendo a docência de forma dissociada de qualquer atividade de investigação e sem recursos didáticos adequados (Sucuma, 2013; Sani et, al.,2014; Djaló, 2014).

Assim, a inexistência de capacidade instalada em áreas cruciais, por um lado, a baixa qualidade do ensino, por outro, contribuem para alimentar os fluxos de saída de jovens para outros países.

4. CAPÍTULO | Resultados e Discussão

4.1. Caracterização do contexto pessoais e familiares dos estudantes a partir do inquérito aplicado

Nesta linha de investigação, procurou-se caracterizar os estudantes e diplomados guineenses em Portugal. Num total de setenta e nove (79) inquiridos, verifica-se no inquérito que cerca de 77,2%, era do sexo masculino e de 22,8% do sexo feminino. Percebe-se que as migrações qualificadas dos guineenses em Portugal, foi caracterizada por homens. Esta predominância tem suas explicações a partir do país de origem (Guiné-Bissau) dos estudantes, justificado pela fraca escolarização das meninas e pela falta de motivação pessoal ou familiar. De acordo com dados de inquérito, as idades destes estudantes apresentam uma distribuição incidente nas idades ativas, acima dos 25 anos (em forte contraste com a que caracteriza os estudantes do ensino superior em Portugal, onde mais de 80% tem até 22 anos): Com efeito, apenas 11% dos inquiridos têm até 25 anos; mais de metade (57%) estão posicionados no escalão etários até 25 a 34 anos; cerca de $\frac{1}{4}$ (25,3%) têm entre 35 e 44 anos e apenas uma minoria dos inquiridos (6,3%) têm mais do que 45 anos.

Em Portugal, a crescimento das entradas de estudantes provenientes da Guiné-Bissau acontece a partir de ano letivo 2019-2020, num movimento facilitado institucionalmente pela cooperação bilateral estabelecida logo após a independência e, mais recentemente, pelo alargamento do contingente internacional, possibilitado a partir da publicação do estatuto de Estudante Internacional, estabelecido em 2014 (Decreto-Lei n.º 36/2001, de 10 de março), cuja regulamentação foi atualizada do Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto (Mauritti et al. 2023:9). A existência de redes familiares ou conterrâneos já instaladas em Portugal facilita a primeira instalação dos recém-chegados (Carvalho, 2023).

Com efeito, de acordo com os resultados do inquérito que aplicámos, os inquiridos vivem com pessoas familiares, amigos ou colegas, a maioria dos quais são guineenses (73,5%), têm dupla nacionalidade guineense-portuguesa (20%), sendo uma minoria os que coresidem com outras nacionalidades (6,5%). No que respeita à condição perante a atividade económica, a maioria integra a população ativa: cerca de 31,5% são trabalhadores; 29,1%, são trabalhadores-estudantes, os estudantes a tempo inteiro são 30%.

Quadro 4. 1. Caracterização sociodemográfica e económica dos inquiridos (%)

Caracterização sociodemográfica		%
Sexo	Homem	77,2
	Mulher	22,8
Grupo etário	18-25	11,4
	25-35	57,0
	35-45	25,3
	45-50	6,3
Nacionalidade pessoas em co-residência		
	Guineense	73,5
	Guineense e Portuguesa	20,0
	Outra	6,5
Condição p/ atividade económica		
Ativa	Trabalhador/a	31,5
	Trabalhador/estudante	29,1
Inativo	Estudante	30,0
	Outra situação	9,5
	Total (N)	100,0 (N=79)

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

4.2. Trajetórias académicas e condições de integração social

No presente trabalho dispõe-se de indicadores das trajetórias académicas e das condições de integração, que se refere à forma de entrada e de permanência na sociedade de acolhimento. As variáveis operacionalizadas para o efeito abrangem o nível e graus de ensino superior completado anteriormente, nas IES de países distintos. Os dados do quadro 2 apresentam os graus de escolaridade mais elevados (licenciatura, mestrado e Cesp e pós-secundário não superior) que os inquiridos completaram no seu percurso académico. A maioria, de 72,7%, concluiu um curso de licenciatura, enquanto os 16,9% frequentam ou concluíram um curso de mestrado.

Apenas uma minoria detém um curso técnico profissional não superior (3,9%) e, outros inquiridos (6,5%) apenas detêm o ensino secundário completo.

Quadro 4. 2. Grau de escolaridade, por país e tipo de instituição de ensino onde completou os estudos (%)

Grau de escolaridade		%
	Mestrado	16,9
	Licenciatura	72,7
	Pós-secundário	3,9
	Secundário	6,5
País onde concluiu o grau mais elevado		
	Guiné Bissau	70,1
	Portugal	22,1
	Outro	7,8
Tipo e subsistema de ensino		
	Ensino superior Público Universitário	46,8
	Ensino superior Público politécnico	10,4
	Ensino superior particular e cooperativo universitário	32,5
	Ensino superior particular e cooperativo politécnico	10,4

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Constata-se que a maioria dos estudantes (70,1%), com e sem ensino superior, tiveram um percurso escolar na Guiné-Bissau, contra 22,1% dos que estudaram em Portugal, nos graus distintos e um segmento de 7,8% que tiveram percurso escolar em países da África francófona (Senegal e Marrocos).

Entretanto, reparou-se que, os inquiridos frequentaram instituições do ensino superior de tipo diversificado, embora o subsistema universitário seja prevalecente (79,3%), incluindo o setor público (46,8%), e o ensino particular e cooperativo (32,5%). Tal significa que os estudantes guineenses tiveram opções de formação académica com um pendor científico. Verifica-se que pouco mais de 1/5 tiveram aposta na formação superior nas IES do ensino politécnico (com uma distribuição equitativa de 10% no publico e no particular e cooperativo).

Os dados presentes no Quadro 3 discriminam grandes grupos e áreas de estudo e de formação dos inquiridos, com base na classificação adotada pela UNESCO em 2013. O total de setenta e nove inquiridos que estiveram inscritos em cinquenta e três cursos distintos, distribuídos pelos graus de Cesp, Licenciatura e Mestrado. Na análise realizada, procedemos à classificação dos cursos por oito grandes grupos e áreas de estudo. Ciências sociais, comércio e direito é a área que acolhe o maior peso de estudantes (48%), seguida da área de serviços (com 22%).

Verifica-se que a frequência das áreas quer de saúde e proteção social (com 5,6%), quer de Ciências, matemática e informática ou Engenharia, indústrias transformadoras e construção (ambas com uma representação de 2,6%) têm menor expressão na procura destes inquiridos. Esta distribuição reflete, assim, os desafios colocados na capacitação de jovens e adultos em áreas de maior pendor técnico e forte domínio de competências de matemática e física, como referido atrás, com muito pouca expressão na oferta de ensino superior disponível na Guiné-Bissau.

Quadro 4. 3. Áreas de estudos

Área de Estudos	%
Educação	3,8
Ciências sociais, comércio e direito	48,0
Ciências, matemática e informática	2,6
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	2,6
Saúde e proteção social	5,2
Serviços	22,1

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

4.3. Condições de integração social

A amostra do quadro 4. indica que a forma mais frequente de entrada a Portugal foi o visto de estudo (96,2%), os restantes inquiridos (3,8%) entraram através de visto de turismo ou por reagrupamento familiar. Nota-se que, há garantia de obtenção do visto e do título de residência do estudante, porque, este pedido foi formalizado pela IES através da direção geral do Ensino Superior, DGES de Portugal, junto da embaixada portuguesa na Guiné-Bissau, que deve assegurar o agendamento de concessão de “visto” a todos os candidatos guineenses ao ensino superior português, tanto os de regime especial para “bolseiros PALOP”, como os que pretendem ingressar através do estatuto de estudante internacional.

Quadro 4. 4. Tipo de visto na entrada em Portugal

	%
Visto de estudo	96,2
Outros	3,8

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Na análise comparativa de dados e registos relativos aos municípios da área de residência dos inquiridos, quer na Área Metropolitana de Lisboa (AML), quer nos outros municípios no interior de Portugal, verifica-se que quase todos iniciaram a sua trajetória em Portugal nos distintos municípios da AML (Lisboa, Amadora, Cascais, Barreiro, Sintra, Vila Franca de Xira, Odivelas, Loures, Moita e Seixal) seguindo mais tarde para municípios do interior, onde se localizam as instituições de ensino superior que frequentam (ou frequentaram).

No entanto, na AML, Sintra corresponde ao município com maior representatividade de inquiridos (com 20%). A segunda posição é ocupada pelo município de Lisboa (14,7%), seguida dos municípios de Barreiro (8%), Amadora (6,7%); Odivelas (2,7%); Cascais, (2,7%); Vila Franca de Xira (2,7%); Loures (2,7%); Seixal (1,3%); Moita (2,7%).

Comparativamente aos municípios do interior do Portugal, que tradicionalmente acolhem maior contingente de estudantes internacionais provenientes dos PALOP (em particular guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses), mas neste inquérito tem menor representabilidade de área de residência dos inquiridos destacam-se os municípios de Bragança (9,3%), Évora (6,7%); Castelo Branco (4,0%); Santarém (1,3%); Leiria e Beja (ambos com 1,3%).

Este viés da amostra reflete a maior facilidade de acesso, precisamente, a estudantes residentes na AML, onde se localiza o Iscte e onde encontro um maior número de contactos interpessoais.

Quadro 4. 5. Município de residência em Portugal

Municípios	%
Sintra	20,0
Lisboa	14,7
Bragança	9,3
Barreiro	8,0
Amadora	6,7
Évora	6,7
Castelo Branco	4,0
Cascais	2,7
Loures	2,7
Moita	2,7
Odivelas	2,7
Vila Franca De Xira	2,7
Albufeira	1,3
Alenquer	1,3
Beja	1,3
Leiria	1,3
Marinha Grande	1,3
Montijo	1,3
Peniche	1,3
Oeiras	1,3
Porto	1,3
Santarém	1,3
Seixal	1,3
Vila Real	1,3
Vinhais	1,3
Total	100,0

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Quando questionados sobre se ao longo da trajetória escolar em Portugal “alguma vez interromperam o percurso escolar durante pelo menos dois semestres consecutivos” (Quadro 4.6), são cerca 29% os que assumem ter tido essa experiência. Entre as razões assinaladas, as “dificuldades financeiras” sentidas enquanto estudantes (73%) e o atraso na chegada a Portugal (experiência percecionada por cerca de 46%) são as duas razões mais frequentemente apontadas. Porém, as outras razões (agregadas numa única categoria com um peso de 40,8%) estão relacionadas com a saúde, com a família, a parentalidade ou assistência aos filhos, ou ainda com a falta de trabalho ou oportunidades de emprego, ou ainda a falta de meios como não ter computador ou acesso à Internet em casa, e a falta motivação para estudar.

Como foi referido por Catarina Doutor, no seu estudo, os estudantes reconhecem as suas “fortes carências financeiras que têm, naturalmente, implicações nas suas vidas, quer no processo de adaptação e integração um novo país com uma nova cultura, quer no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, nos seus desempenhos escolares” (Doutor, 2024:8).

Entretanto a análise das respostas ao mês de chegada a Portugal, parece sugerir que embora aparentemente nem sempre tal seja percecionado pelos próprios como um factor que acresce às dificuldades de adaptação e integração no país de acolhimento, a percentagem dos que têm uma chegada tardia é muito relevante. Verifica-se neste estudo, que representam uma minoria (cerca de 18%) os estudantes inquiridos que chegam a Portugal a tempo de frequentarem o 1.º período do ano letivo em que se inscreveram, e que mais de 2/3 (64,5%) chegam a tempo de frequentarem o 2.º semestre (entre os meses de novembro e março), outros ainda chegam quase no final do ano letivo. Ou seja, para estes, às dificuldades materiais e culturais associadas à experiência de integração num novo país, acresce ainda a urgência, à chegada, de pagamento da dívida de propina por um serviço que não chegaram a beneficiar.

Quadro 4. 6. Interrupção do percurso formativo e motivos de interrupção (%)

Interrompeu o percurso escolar?		%
Sim		28,6
Não		71,4
Principais motivos para interrupção (escolha múltipla)		
Dificuldades financeiras		72,7
Atraso na chegada a Portugal dificultou a adaptação à universidade		45,5
A falta de trabalho ou meios de estudar como não ter computador ou casos relacionados com saúde, ou família, parentalidade		40,8
Período/mês de chegada a Portugal		
1.º semestre	Setembro	2,5
	Outubro	15,2
	Novembro	13,9
	Dezembro	17,7
	Janeiro	13,9
2.º semestre	Fevereiro	8,9
	Março	10,1
	Abril	3,8
	Maio	8,9
	Junho	3,8
	Julho	1,3

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024).

Segundo o relatório do Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal (Martins, et al., 2021), a maioria dos estudantes beneficia de fontes de rendimentos de base familiar ou de trabalho remunerado. Os resultados do inquérito aos estudantes e diplomados guineenses em Portugal apresentam algum contraste com este retrato (quadro 7). Apurou-se neste estudo que cerca de 61,8% de estudantes têm rendimentos próprios auferidos através de trabalho remunerado, enquanto pouco mais de 1/4 (26,3 %) têm como principal meio de vida rendimentos provenientes da família. Importa destacar nesta distribuição o peso residual dos que beneficiam do suporte financeiro do Estado ou de outra entidade (3,9%), através de bolsa de estudos, subsídios ou outros apoios. Alguns estudantes (7,9%), declaram ter outras fontes de rendimentos (poupanças e arrendamento de casa, etc.), que atualmente serve como meios de vida.

Resumindo, percebe-se que, na amostra dos setenta e nove inquiridos, o perfil de trabalhador-estudante tem predominância na migração qualificada dos estudantes guineenses, e que o seu principal meio de vida é de fruto do trabalho e da “luta diária”, onde enfrentam e enquanto estudantes desafios acrescidos: assegurar a subsistência sem desistir do projeto que os conduziu para Portugal: adquirir um diploma do ensino superior. Esta perseverança é bem testemunhada na percentagem da grande maioria que apesar de todas as dificuldades não interrompe os seus estudos (71,4% dos estudantes inquiridos).

Quadro 4. 7. Principal Fonte de Rendimentos

		nº	%
	Rendimentos provenientes da família	20	26,3
	Suporte financeiro do Estado ou outras entidades (bolsa de estudos, subsídios, outro)	3	3,9
	Rendimentos próprios auferidos através de trabalho remunerado	47	61,8
	Outros meios de vida (poupanças, arrendamento de casa que deixou no país de origem)	6	7,9
	Total	79	100,0

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

4.4. Trajetórias migratórias e projeto de vida em Portugal

Na perspetiva de Costa (2016), a primeira vaga migratória de guineenses para Portugal foi tendencialmente urbana, oriunda da “sociedade crioula” mais qualificada. Frequentemente, nas trajetórias migrantes, está presente a busca de trabalho e de melhores condições de vida. No início das décadas de 1980 e 1990 formou-se no estrangeiro (nomeadamente na Ex-União Soviética),

uma camada da população urbana jovem que ao completar o ensino secundário estava interessada em prosseguir um trajeto para o ensino superior (Machado, 2002).

Para as famílias e mesmo para boa parte dos que conseguem “sair” seguindo os estudos superiores, a expectativa é que possam, mais tarde, retornar para exercer como profissionais técnicos e científicos. Contudo, na sociedade de acolhimento, a sua cidadania está diretamente ligada aos conterrâneos que servem como redes de contacto capazes de revelar caminhos abertos, contribuindo dessa forma, também eles, para a permanência ou mesmo intensificação e/ou diversificação dos fluxos migratórios (onde para além do trabalho, se juntam motivações de reencontro familiar; de estudo, de saúde, etc. (Zanini, et, al., 2017).

No Quadro 8 descrevemos a condição atual perante a atividade académica dos inquiridos e as proporções percentuais em subgrupos. Os dados apontam que, cerca de 48,7%, são estudantes a tempo integral (não trabalham enquanto estudam). Um subgrupo de 35,5% estuda a tempo parcial (aqueles que estão na condição de trabalhadores-estudantes), requeitando cursos em horário pós-laboral, como forma de conciliar trabalho e estudos. Entre os inquiridos 15, 8% assumem que são atualmente ex-estudantes, uns porque interromperam os estudos, outros porque, entretanto, concluíram o curso.

Em suma, 84,5% dos inquiridos neste estudo permanecem como estudantes (quase metade são estudantes a tempo integral durante os dois semestres do ano letivo, enquanto pouco mais de 1/3 concilia o estudo com atividades profissionais.

Quadro 4. 8. Condição atual perante atividade económica (estudantes e diplomados) %

Condição de estudante		nº	%
	Estudante a tempo integral	37	48,7
	Estudante a tempo parcial	27	35,5
	Atualmente não sou estudante. Interrompi // já concluí os estudos	12	15,8
Atividade Socioprofissional			
	Tem um trabalho a tempo completo (trabalha 35 a 40 horas ou mais por semana)	33	43,4
	Tem um trabalho a tempo parcial (trabalha cerca de 20 horas a 30 horas por semana)	5	6,6
	Tem um trabalho a tempo parcial (trabalha cerca de 10 a 19 horas por semana)	4	5,3
	Trabalho ocasionalmente durante o período letivo	5	6,6
	Atualmente não trabalha, mas já trabalhou	14	18,4
	Nunca trabalhou, mesmo que pontualmente	10	13,2
	Outra situação	5	6,6

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

A Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto, referente às bases do sistema educativo e do financiamento do ensino superior, no seu artigo 12.º, n.º 7, prevê o perfil de trabalhador-estudante no ensino superior em Portugal. Permite que o estudante exerça atividades económicas enquanto frequenta o ensino superior no período pós-laboral como forma de flexibilizar e conciliar a vida profissional e escolar. Porém, neste conjunto que trabalha, têm uma presença significativa os que o fazem a tempo integral (35 a 40 horas/semana), uma intensidade dificilmente compatível com o sucesso académico que pretendem. Tal pode ajudar a explicar o peso dos que declaram que embora atualmente não trabalham já trabalharam no passado (18,4%).

Segundo Constante (2020), a ideia de “fuga de cérebros”, iniciou-se nos anos 1960 e nessa época dominou a literatura das migrações, descreve um país de origem esgotado de seu capital humano quando os segmentos da sua população altamente qualificados emigraram. Sobretudo, quando esse processo vai de acordo com o seu objetivo, na medida em que reconhece as suas qualificações e possibilidades de carreira e de trabalho estável e bem remunerado (Lopes, 2014).

No entanto, a análise do quadro 9, parece indicar alguma presença na amostra de inquiridos das pessoas que, embora com um perfil qualificado, quer como titulares de um diploma do ensino superior, quer os que têm curso pós-secundário ou 12º ano de escolaridade, muitos dos

quais, no país de origem são quadros de Estado da Guiné-Bissau, têm uma integração no mercado de trabalho em Portugal que está desfasada dessas características. Com efeito, os dados indicam que cerca de 33,9% dos estudantes são trabalhadores dos serviços pessoais segurança e do comércio, enquanto 7,1% são trabalhadores de escritório – ou seja, trabalhadores inseridos em atividades de execução subordinada. Adicionalmente, e reforçando o perfil de desqualificação a que estão submetidos, 28,6% dos estudantes são trabalhadores não qualificados. Representam cerca de 16,1% as categorias de maior qualificação, envolvendo uma fração de quadros técnicos e chefias intermédias (10,1) e um segmento minoritário (5,6%) de dirigentes de empresas ou organismos públicos.

Quadro 4. 9. Profissão principal (atual ou última)

Grandes grupos de profissões	%
Dirigente de empresa ou organismo público	5,4
Profissional Intelectual e científico	1,8
Técnico/trabalhador com funções de chefia intermédia	10,7
Empregado administrativo	7,1
Trabalhadores dos serviços pessoais, segurança e do comércio	33,9
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	1,8
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	8,9
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e transporte	1,8
Trabalhador não qualificado	28,6

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Neste inquérito, procurou-se constatar as situações socioeconómicas dos estudantes relativas ao rendimento. Apurou-se que cerca de 31,9% consideram o seu rendimento insuficiente e, que só conseguem assegurar o essencial, mas com muita contenção de gastos. Contra os 27,5% de inquiridos que confirmam ter rendimento suficientes e, que têm o necessário, embora, por vezes, cheguem ao final do mês com algumas dificuldades de subsistência, e, dentre este subgrupo há um número de pessoas de 7,2 % que confirma ter condições de vida e rendimento muito boa e até conseguem fazer poupança a cada final do mês.

Quadro 4. 10. Percepções relativas à suficiência de rendimento enquanto estudantes e comparação com a situação no país de origem (percentagem)

Rendimentos são...	%
Muito insuficientes, não garantem a compra de alimentos e outros bens/serviços essenciais)	11,6
Insuficientes: consigo assegurar o essencial, mas com muita contenção de gastos	31,9
Razoáveis, vivo com algum conforto e qualidade de vida	21,7
Suficientes, tenho o necessário, mas por vezes chego ao fim do mês com algumas dificuldades	27,5
Muito bons, consigo fazer poupanças	7,2
Comparação com a situação financeira no país de origem	
A minha situação melhorou bastante, passei a ter melhor disponibilidade financeira	24,2
Financeiramente mantenho sensivelmente as mesmas condições	48,5
A minha situação piorou um pouco, por vezes tenho mais dificuldades em assegurar as despesas do dia-a-dia	21,2
A minha situação piorou bastante, passei a viver com muito mais dificuldades financeiras	6,1

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Adicionalmente, constata-se que, nas percepções dos estudantes e diplomados, a situação económica atual comparando com a que tinham no país de origem para a maioria (48,5 % dos inquiridos) mantem-se sensivelmente semelhante; enquanto para cerca de ¼ (24,2%) melhorou, já que passaram a ter melhor disponibilidade financeira. No extremo oposto, encontramos, porém, um conjunto de inquiridos, com alguma expressão numérica que alegam ter piorado um pouco, e que por vezes tinham mais dificuldades em assegurar as despesas do dia-a-dia (21,2%), enquanto 6,1 % reconhecem ter a situação bastante pior, e que passavam a viver com muito mais dificuldades financeiras.

4.5. As opiniões sobre melhoria condições de vida

Alguns estudos revelam a situação e o perfil dos estudantes internacionais dos PALOP, em particular os guineenses em Portugal (Carvalho, 2023; Sá, et, al., 2021; Doutor, 2024). É conhecido que os estudantes guineenses nas IES portuguesas não beneficiam de forma direta de (apoio ou subsídio financeiro que cobram as suas despesas), tendo uma expressão residual os beneficiários de apoios diretos através de bolsa (como os bolseiros do Instituto Camões e da Fundação Gulbenkian). Deste modo, ser estudante africano (guineense) num país europeu como

Portugal, constitui-se um desafio confrontado por vários fatores ou barreiras (sociais, culturais e económicas) que podem influenciar na trajetória dos estudantes (Doutor, 2024).

Neste inquérito para concluir a recolha de experiências, convidámos os estudantes inquiridos a manifestarem “a sua opinião sobre o que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas que vêm para Portugal a fim de estudar. Assim, analisando as respostas recolhidas, surgiram várias reações sejam opiniões, como soluções.

As principais ideias que foram defendidas pelos inquiridos, centram-se nas seguintes ações:

a) Eliminar a burocracia, nos serviços consulares da embaixada de Portugal, de forma a permitir a “obtenção de visto no devido tempo e facilitar a entrada de imediato nas IES portuguesas;

b) Os governos de Portugal e da Guiné-Bissau devem financiar um programa específico de bolsas com a atribuição de subsídios financeiros, afim de melhorar as condições de vida dos estudantes guineenses em Portugal;

c) O governo da Guiné-Bissau deve monitorizar o percurso académico dos estudantes através do aproveitamento escolar;

d) O governo português deve “facilitar a aquisição de alojamento universitário” e igualar as taxas de propinas dos estudantes nacionais e internacionais PALOP”;

e) Portugal deve promover a meritocracia através de reconhecimento dos diplomas obtidos no estrangeiro, ou seja, pautar pela “igualdade de oportunidade em função de competência e do mérito”;

f) O governo guineense deve aumentar do salário mínimo nacional” (melhor remuneração poderia manter a qualidade de vida dos funcionários públicos em mobilidade por motivos estudos).

No geral, nas suas sugestões, os inquiridos defendem que a responsabilidade de melhorar as condições de vida deve ser partilhada pelo país de origem e de acolhimento. Salientam que, os governos de Portugal e da Guiné-Bissau são os principais responsáveis de migração qualificada dos guineenses em Portugal, fruto de cooperação assinada desde os anos 70, hoje com intensificada com o alargamento facilitado com a criação do estatuto de “estudante internacional”. No quadro da nova política de internacionalização do ensino superior em Portugal, são milhares os jovens estudantes que vem para Portugal à procura de oportunidades de formação técnica e científico, mas também, por melhores condições de vida.

Algumas destas respostas antecipam uma segunda questão colocada aos inquiridos, na sua opinião quem é que deveria realizar as ações de melhoria que assinalou? As respostas encontram-se sintetizadas no Quadro 11. Os resultados apontam opiniões distintas sobre quem/que, entidade que deveria assumir a responsabilidade em apoiar os estudantes guineense em mobilidade em Portugal. Estas respostas foram agrupadas em duas correntes de (perspetivas e expectativas).

As expectativas -- cerca de 54,5% de pessoas expectantes que o governo do país de origem (Guiné-Bissau) possa intervir para mitigar as dificuldades e barreiras financeiras que enfrentam. Enquanto, cerca de 18,2%, dos inquiridos expectantes, espera que o governo de Portugal possa apoiar as despesas de subsistência, em particular através do alojamento em residências universitárias. Mais, também, cerca de 3,0% dos inquiridos esperam que as instituições tutorais que frequentam possam apoiá-los do ponto de vista financeiro ou material, a fim de ajudar na melhoria das suas condições vida.

As perspetivas -- são cerca de 12,1% os inquiridos que perspetivam ou defendem a ideia da mobilização em sinergias da organização da comunidade dos países de língua oficial portuguesa (CPLP) para criar uma bolsa financeira que possa ajudar na melhoria das condições de vida dos atuais e ex-estudantes.

Na mesma linha de raciocínio cerca de 12,1%, dos inquiridos defendem que as famílias dos atuais e ex-estudantes devem poder contribuir na melhoria das condições dos estudantes.

Quadro 4. 11. Perceções sobre quais as entidades com responsabilidade de atuação na melhoria de condições de vida dos estudantes migrantes

Entidades com responsabilidade de atuação	%
O Governo da Guiné-Bissau	54,5
O Governo de Portugal	18,2
A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)	12,1
As Instituições de Ensino Superior em Portugal	3,0
As próprias pessoas migrantes e/ou respetivas famílias	12,1

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Por conseguinte, analisando as respostas dos inquiridos, compreendemos que as trajetórias migrantes, as condições de integração seja no país de origem, como no destino, assim como as perceções que têm quanto a quem deveria caber assegurar uma melhoria nas condições de vida de estudantes inseridos nestes processos de migração internacional, e sobretudo numa sociedade (homogénea) que não são pautadas por diversidade social. As desigualdades sociais que

caracterizam os sistemas de oportunidades no interior deste conjunto em análise são muito notórias, materializando-se no maior ou menor otimismo ou pessimismo que transmitem:

Os otimistas--apontam indicadores de motivação de fluxo de saída tais como:

- a falta de qualidade de ensino superior no país de origem, que tem motivado os estudantes guineenses a migrar para países estrangeiros para fins de estudos”;
- o prestígio de diploma das IES e qualidade de ensino superior de Portugal, constituem como principais fatores da vinda dos jovens que procuram as ofertas formativas em distintas IES do País;
- a reforma da tabela das propinas nas IES em Portugal, ou seja, reduzindo de taxas de propinas e aplicando a mesmas taxas de propinas dos estudantes autóctones como forma de mitigar o abandono escolar;
- a implementação de planos de acolhimento para a melhoria da integração académica e social, quer pelas instituições de ensino superior, quer pelas autoridades municipais dos territórios onde estudam;
- estabelecer novos acordos ao nível dos países da CPLP para criar um fundo financeiro destinado a apoiar os estudantes inseridos nestes movimentos migratórios nos países onde realizam o projeto educativo.

Os pessimistas-- afirmam situações de dificuldades e barreiras socioeconómicas:

- “a elevada taxa de propinas nas IES, que influenciam muitos jovens estudantes guineenses abandonar ou interromper dos estudos”;
- “a falta de reconhecimento das qualificações dos imigrantes da CPLP, impedindo-os de utilizar os diplomas que permitiram o seu ingresso no mercado de trabalho formal em Portugal para valorização do seu capital humano”;
- “a ausência de políticas do governo do país de origem (Guiné-Bissau) para incentivar o regresso dos estudantes após o término de estudos”.

Simultaneamente, existe afirmações que são comuns aos dois segmentos, quer dos otimistas, as quais fazem apelo à necessidade de melhores políticas, nomeadamente dirigidas à criação de regimes de apoios diretos (bolsas de estudo), para estes estudantes. Tais políticas deveriam resultar de ações concertadas entre as autoridades nacionais e internacionais (Guiné-Bissau e Portugal).

4.6. A relação da diáspora com país de origem

Os estudos sobre a relação existente entre a diáspora e a sociedade de origem tiveram a sua expansão nos anos 90, daí, mereceu-se objeto de análise científica e medidas políticas, quer a nível de países, quer a nível das organizações internacionais (Carvalho, 2015; Carreiro, 2007; Costa, 2016). As comunidades da diáspora por tradição têm o papel de preservar a cultura e costumes fora do país de origem. A diáspora “refere uma comunidade étnica de imigrantes integrados num país de destino e que constitui um modo de destacar a mobilidade multipolar dos migrantes” (Casimiro, 2013:37). No caso dos guineenses, é em meados de anos 80, que se começou a constituir a sua diáspora na área metropolitana do Porto e de Lisboa (Machado, 2002). Eram homens ex-combatentes da guerra colonial fugindo da perseguição política do novo regime na Guiné-Bissau, e outros vieram por motivos de reclamar pensões junto ao estado português (Balde, 2019).

Estes imigrantes apresentam um perfil caracterizado por níveis de ensino básico e secundário (sem qualificações superiores), e empregos e condições de habitação e participação social precárias (Balde, 2019; Machado, 2002; Co, 2002).

Apesar disso, admitimos que é uma diáspora bastante integrada na sociedade de acolhimento, mesmo ao nível das sociabilidades centradas nas relações que estabelecem com outros migrantes de PALOP, mas também com os autóctones portugueses, com uns e outros estabeleceram relacionamentos sociais diversos, por exemplo, familiares, de amizade, profissionais e de vizinhança (Machado, 2002; Co, 2002).

Desde a criação da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, foram regimentados diversos protocolos e acordos que visam a cooperação político e diplomática entre os estados-membros (Có, 2009). Passados vinte e quatro anos, em 2021, foi assinado um novo acordo, denominado acordo de mobilidade no interior da CPLP, com o objetivo de permitir a livre circulação da entrada, saída e permanência das pessoas tais como trabalhadores, agentes culturais, investigadores e estudantes etc. dentro do espaço comunitário da lusofonia.

Este novo acordo contribui, também ele, para o aumento de movimentos de saída nos países do sul global (países de língua oficial portuguesa, PALOP), com o intuito da procura de trabalho nos países do norte global (seja em Portugal, seja também outros destinos de remigração) (Peixoto, 2014).. Contudo, tal mobilidade acontece sem um “reconhecimento para efeitos profissionais, de diplomas obtidos num Estado membro da CPLP que habilitam ao exercício de uma profissão num outro”(Có, 2009; Carvalho, 2015) Ou seja, o referido acordo, aprovado e ratificado pelo Estado Português e outros estados-membros, não prevê o reconhecimento de diplomas atribuídos por instituições de ensino superior dos países de origem, dificultando, assim,

que estes migrantes qualificados possam entrar no mercado de trabalho formal e em condições de reconhecimento da sua qualificação. A ideia defendida por Có (2002 & 2009) é a de uma espécie de fuga dos cérebros dos países em desenvolvimento, na maioria dos casos, através do aumento de saída de estudantes que concluído o projeto de estudos, escolheram permanecer nos países ocidentais e desenvolvidos. Com efeito, o subdesenvolvimento dos seus países de origem e falta de oportunidades laborais dificultam o seu retorno de imediato.

Apesar disso, muitos destes migrantes qualificados ou laborais acabam a desempenhar um papel importante como intermediários de apoios externos ao seu país de origem. Nomeadamente, através das remessas de 70%, que chegam a ultrapassar os 30% de apoios dos parceiros internacionais destino a ajuda pública ao desenvolvimento (Carvalho, 2015; Balde, 2019; Có, 2009; Costa, 2016). De acordo com Carreiro (2007) as ligações de imigrantes à sua sociedade de origem são sobretudo analisadas através de uma perspetiva estritamente economicista, baseado na transferência de recursos financeiros entre norte-sul global. Mas mesmo esses contributos de reforço de capacidade socioeconómica não se reduzem às transferências monetárias. Por exemplo, as organizações não governamentais da diáspora guineense, desde sempre têm contribuído para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, ajudando na construção de alojamentos, escolas e centros de saúde nos locais de origem (Costa, 2016; Balde, 2019). Tais iniciativas e projetos de género foram protagonizada pela diáspora, concretamente nos distritos de Canchungo e Gabu, nas aldeias de *Tame e Braima* sorry, localizadas em regiões do interior do país (Balde, 2019; Có, 2002).

Sublinha-se um aspeto importante que é o “Transnacionalismo imigrante” que ocorre numa ligação remota (através de internet e redes sociais). Porém, este facto foi evidenciado em 1996, numa altura em que a “era internet” não estava ainda generalizada, através das suas deslocações a local de origem e partilha as suas experiências migratórias com a sua comunidade, os migrantes atuam como agentes de mudança para desenvolvimento (Carreiro, 2007; Balde, 2019; Costa, 2016; Co, 2009; Portes, 1999). A título de exemplo, a comunidade guineense residente na Área Metropolitana de Lisboa, dinamizam pequenos negócios, especialmente no Rossio, e na Damaia, as chamadas “agências de encomendadas” ou, ainda, de “transferências” (também de dinheiro) facilitando as remessas dos seus conterrâneos.

Estas instituições informais, funcionam como redes transnacionais, servindo de “elo de ligação” entre a diáspora guineense e a comunidade de origem. Verifica-se a existência de dezenas de organizações da diáspora guineense, cerca de 51 associações e uma federação de cariz solidária e estudantil (Carreiro, 2007; Costa, 2016) que desempenham, de certa forma, como intermediários para apoios ao país de origem. Lembra-se que há algumas décadas atrás, houve novos projetos

para o regresso ou o retorno dos quadros em Portugal (RQAN-retorno de quadros africanos e MIDA-migração e desenvolvimento africano) que, visavam incentivar o regresso, em especial guineense (Co, 2009). Portanto, o desejo de regressar ao país de origem é bastante verificada na maioria da população emigrante (Marques, et al., 2023).

4.7. Aspirações de regresso ou retorno á pais de origem

Cassarino (2013), no seu artigo de revisão de literatura sobre migração de retorno, afirma que todos os migrantes retornados têm a aspiração de contribuir para mudança, não só da própria família, mas da comunidade de origem. A sua análise é baseada nas teorias *neoclássicas* «*new economics of labor migration*» e estruturalista, enfatizando que o retorno parece estar orientado pelas oportunidades que os migrantes esperam encontrar nos países de origem, mas também pelas oportunidades já oferecidas no país recetor. No caso dos guineenses, conforme o estudo de Có (2002:93) O RQAN (Programa de Retorno dos Quadros Nacionais Africanos), que se executou de Janeiro de 1995 a 1999, foi dirigido aos quadros qualificados africanos na diáspora, onde cerca 57 de pessoas ex-estudantes qualificadas retornaram a Bissau, a capital do país.

Atualmente os estudantes do ensino superior provenientes de PALOP, em particular os guineenses em Portugal, têm como principal missão adquirir novos conhecimentos e qualificações superiores e, depois retornar ao seu país de origem. A migração de retorno dos jovens diplomados enquadra-se, assim, numa filosofia orientadora de querer a mudança radical da sociedade de origem, nas vertentes, sociais, culturais, económicas e de políticas públicas (Constante,2020; Có, 2009& 2002).

Lembra-se que, as diásporas guineenses em Portugal tiveram várias iniciativas que promoveram o regresso dos seus conterrâneos à “terra mãe”. Por exemplo, os congressos de Lisboa-Bissau, organizado pela “Rede Bolonha” (Có, 2009). Segundo os autores (Costa, 2016; Carreiro, 2007), a comunidade migrante guineense em Portugal é estruturada em torno de associações de solidariedade, ou seja, redes sociais ou familiares, com destaque para as associações de estudantes e sua federação. Estes autores consideram tais organizações sociais, formadas inicialmente pela influência de familiares ou pertença étnica ou religiosa e pela criação da própria comunidade migrantes-estudantes pertencente ao mesmo local de origem.

Lembra-se, no passado recente, por exemplo, a *Rede Bolonha*, que foi fundada em 28 de julho de 1996, é a principal associação de quadros superiores e estudantes guineenses em Portugal – que define como principal objetivo de atuação o estabelecimento e manutenção de elos (relações) entre os quadros superiores espalhados pelo mundo e a sua pátria natal. Esta associação realizou o seu 1.º congresso em Lisboa sobre a temática como inverter as “fugas de cérebros”

guineenses e transformá-la em “ganhos de cérebros” do país de origem. O 2.º congresso aconteceu em Bissau em que foram abordadas temas de desenvolvimento económico e coesão social guineense (Có, 2009).

Neste sentido, percebe-se que as aspirações de regresso são de longa data. Também os dados da presente pesquisa revelam que as aspirações de regresso estão igualmente presentes nos estudantes qualificados guineenses que frequentam atualmente (ou concluíram recentemente) o ensino superior em Portugal: a esmagadora maioria dos inquiridos aspiram ou querem regressar ou retornar à Guiné-Bissau (100% pretende fazê-lo se considerarmos apenas as respostas válidas).

O Quadro 12 ilustra os planos futuros de vida dos inquiridos. Cerca de 36,9% dos estudantes e diplomados planeiam regressar nos próximos tempos, entre dois a três anos, enquanto, cerca de 20,0 % querem regressar de imediato ou ainda este ano. Para outros (cerca de 23,1%), a perspectiva de regresso ao país de origem é uma “incógnita” ou incerteza: aspiram retornar, mas não sabem quando irão efetuar-lo. Em contraste da proporção, existem 15,4 % de inquiridos que assumem que planeiam o retorno de médio prazo, dentro de três a cinco anos, enquanto um segmento com menor expressão (4,6%) perspectiva o regresso de longo prazo, dentre cinco a dez anos.

Portanto, podemos concluir através destes dados que “estudar e retornar” é a filosofia orientadora os contingentes de estudantes ou diplomados guineenses em Portugal, de salientar que, esta é missão patriótica, associada a velha máxima de Amílcar Cabral, «os que sabem se devem ensinar os que não sabem», e que todos devem cumprir. Sublinha que, a maioria dos inquiridos, são quadros-funcionários da Administração pública guineenses e, que ainda continuam a ter uma vida ativa no país de origem, o que justifica, em evidência os seus planos de regresso, seja de imediato ou não, mas a sua missão será retornar a terra mãe, para contribuir no desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Quadro 4. 12. Perspetivas de regresso à Guiné-Bissau dos estudantes e diplomados

Perspetivas de regresso	%
Quero regressar de imediato	20,0
Planeio regressar nos próximos dois a três anos	36,9
Gostaria de regressar dentro de três a cinco anos	15,4
Penso regressar daqui a alguns anos, entre cinco a 10 anos	4,6
Quero regressar, mas ainda não sei quando	23,1

Fonte: Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal (2024)

Conclusões

Procurou-se, com esta dissertação, uma abordagem sobre as migrações qualificadas em Portugal que focasse o estudo de caso de estudantes guineenses em Portugal. Para tal, focou-se no fenómeno de *brain-drain* ou fuga de cérebros do sul global para norte global. Movimento populacional existente há mais de uma década na Guiné-Bissau. Esta migração é motivada pela procura de conhecimento e qualificações superiores. O objetivo deste estudo foi compreender as experiências desses estudantes em relação à trajetória migratória, num confronto com as suas expectativas e aspirações, ora de retorno ao país de origem, ora de fixação em Portugal no termo dos estudos.

Especificamente pretendeu-se, por um lado, promover uma análise aprofundada do projeto migratório incluindo condicionantes e motivações que acompanham a vinda para Portugal e demonstrar os níveis de inclusão e participação na sociedade de acolhimento, nas IES de Portugal, por outro lado, analisar as experiências transformativas que estão na base da decisão de permanência na sociedade de destino (Portugal) ou na decisão de retorno ao país de origem, a Guiné-Bissau. Procurámos identificar os condicionantes motivacionais que mobilizam os atuais estudantes e diplomados guineenses a frequentar as IES portuguesas. Analisaram-se, também, as suas perspectivas e expectativas face às trajetórias migrantes qualificadas em Portugal.

Nesta base, procurámos caraterizar os estudantes e diplomados guineenses em Portugal, onde a maioria dos inquiridos, cerca de 77,2%, eram do sexo masculino. Conforme indicam os dados relativos à forma de entrada em Portugal, cerca de 96,2% tinham o visto de estudo gozavam do estatuto de estudantes internacionais, com base na lei da internacionalização do ensino superior. No entanto, verificámos que, a área metropolitana de AML, acolhe o maior contingente destes estudantes guineenses, comparativamente aos municípios do interior de

Portugal, que têm menos representação da área de residência dos inquiridos. As opções de cursos de preferência dos inquiridos incidem nas áreas de Ciências sociais, comércio e direito (quase metade, 48%) e de Serviços (22,1%).

Na análise relativa à atividade socioprofissional, apurou-se que predominam estudantes que são também trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria (35,5%), já relativamente ao rendimento, cerca de 31,9% consideraram ter rendimento insuficiente. No que refere à sua situação de rendimento atual, a maioria que mantém em Portugal as mesmas condições de vida que tinha no país de origem (48,5 %), contra 24,2% que assumem que a sua situação piorou. Neste sentido, os inquiridos atribuem a responsabilidade da sua situação às autoridades governamentais. Responsabilidade essa que deve ser assumidamente deve ser partilhada pelo país de origem e pelo país de acolhimento. Por um lado, os governos de Portugal e da Guiné-Bissau devem financiar um programa específico de bolsas com atribuição de subsídios financeiros. Por outro lado, Portugal deve promover a meritocracia dos estudantes e diplomados da CPLP, desde logo através do reconhecimento dos seus diplomas obtidos no estrangeiro.

Foi possível encontrar duas correntes de pensamento (ou seja, do “otimismo e do pessimismo”) sobre as motivações ou razões que conduzem a experiência migratória internacional para fins de estudos: os *otimistas* argumentaram que a sua motivação de vinda para Portugal era “a falta de qualidade de ensino superior guineense e a qualidade e prestígio de diploma das IES portuguesa, já os *pessimistas* alegaram que “a falta de reconhecimento e das qualificações dos imigrantes da CPLP nunca ajudaram na valorização do capital humano”. Por isso o Estado do país de origem (Guiné-Bissau) deve implementar políticas públicas atrativas a nível socioeconómico para incentivar o regresso dos diplomados. Ambas as correntes, quer dos otimistas quer dos pessimistas, sublinharam a falta de oportunidades para diplomados estrangeiros no país de destino; bem como a falta de políticas públicas no ensino superior (atribuição bolsas de estudos) no país de origem. Os fatores condicionantes das intenções ou aspirações de regresso devem partir de um incentivo.

Com efeito, neste estudo apurámos que a esmagadora maioria dos inquiridos aspiram ou querem regressar ou retornar à Guiné-Bissau (100% pretende fazê-lo se considerarmos apenas as respostas válidas).

Verificámos que as trajetórias migratórias dos estudantes ou diplomados da Guiné-Bissau depararam-se com desafios de inserção em Portugal, quer académica, quer social económica (Carvalho, 2023). Geralmente são estudantes com dificuldades financeiras (sem bolsa de estudo,

sem apoio familiar) (Mauritti, 2023) procuram trabalho remunerado para pagar os seus estudos e, enfrentam barreiras sociais e culturais diversas (Doutor, 2024; Carvalho, 2023) durante o processo de adaptação na sociedade portuguesa, por exemplo, como o elevado custo de vida em Portugal que os leva à interrupção de estudos, incapazes de conciliar os estudos e a atividade profissional.

De sublinhar que estes dados só são válidos para as pessoas inquiridas no estudo, uma amostra constituída por 79 estudantes, incluindo os residentes nos municípios de Área metropolitana de Lisboa, Bragança, Leiria, Évora, Santarém, Beja e Castelo Branco. Não podendo ser generalizadas aos outros guineenses não participantes no estudo.

As futuras direções da pesquisa passam por replicar este estudo num período no tempo mais dilatado, de forma a abranger uma amostra de maior dimensão e de maior diversidade, de forma a abranger estudantes qualificados guineenses residentes noutros municípios.

Em segundo lugar, seria interessante investigar estudantes-migrantes guineenses qualificados residentes nos outros países de destino como Marrocos ou Senegal, permitindo uma análise aprofundada e comparativa sobre os projetos migratórios e as trajetórias de vida social e académica de estudantes guineenses nesses países.

Referências Bibliográficas

- Alves, E.P (2015). *Estudantes internacionais no ensino superior português: Motivações, expectativas, acolhimento e desempenho* (Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa) <http://hdl.handle.net/10071/7369>
- Balde, S. D. (2019). *Do Bandim (Bissau) ao Rossio (Lisboa): O impacto das Remessas dos Emigrantes nas Sociedades Guineenses*” (tese de doutoramento, não publicada, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa). <http://hdl.handle.net/10071/20585>
- Carneiro, M. (2007). Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de migrantes Guineenses em Portuga. *CIES e-Working Paper*.Nº 26. <http://hdl.handle.net/10071/526>
- Carvalho, A. M (2015). *Política externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas relações internacionais*, IIª edição Inacep, Bissau
- Carvalho, Ç. Barreto, M. Silva, R. Santos, F & Jabula, I. A. (2023 Junho,7). *perfil de estudante dos PALOP nas instituições do ensino superior em Portugal: caracterização, expectativas, constrangimentos* (2015-2021), Conferência Final do Projeto “Perfil do Estudante PALOP nas Instituições de Ensino Superior em Portugal” CEI-Iscte
- Cassarino, Jean-Pierre (2013). Teorizando sobre a migração e retorno: Uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 21 (41). <https://www.scielo.br/j/remhu/a/3BV7KhXPCvdcTryPh5SGc6n/>
- Cerase, F. P (1974). Expectations and Reality: A Case Study of Return Migration from the United States to Southern Italy. *Internacional Migration review*, v. 8, n. 2, 1974, p. 245-262. <https://doi.org/10.1177/019791837400800210>
- Có, B, J. (2009). A diáspora guineense qualificada, uma rede periférica no desenvolvimento do país de origem. *SOCIUS Working papers*. nº 8/ <http://hdl.handle.net/10400.5/1882>
- Có, J. B. (2002). *Migração guineense e retorno: Um Mito ou uma Realidade Desencorajada?*.(Dissertação de mestrado ao publicada Universidade Técnica de Lisboa).<https://www.proquest.com/openview/8c100b52aa2ab174277ea77e79519d8a/1?q-origsite=gscholar&cbl=2026366>
- Comunidade de Países da Língua Oficial Portuguesa (2016, Março). Mobilidade Académica na CPLP – Uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro. *Atas do Encontro Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP*. Sede de Lisboa. <https://esct.cplp.org/observadores-consultivos/mobilidade-academica/>
- Constant, A. F. (2020). Time-Space Dynamics of Return and Circular Migration: Theories and Evidence, *CESifo Working Paper* No. 8053 41 Pages.https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3529009

- Costa, A. & et, al., (1987). A pesquisa do terreno em sociologia. (Ed.), *Metodologia das Ciências Sociais* ed. 2.(pp.129-148). afrontamento, Porto.
- Costa, B. A. (2016). *Diáspora Guineense como Agente de Desenvolvimento Local: O papel das Associações Guineenses em Portugal nos Projetos de Cooperação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau* (Dissertação de mestrado não publicada), Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/12340>
- Coutinho, A. (2015). Inquérito aos bolseiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste 2000-2013. *Bolseiros Gulbenkian*.https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2015/08/Bolsas_Gulbenkian-Cultura-portuguesa-2016.pdf
- Czaika, M & Haas, H (2014). The Globalization of Migration: Has the World Become More Migratory?. *International Migration Review Volume 48, Issue 2 p. 283-323*. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/imre.12095>
- Decreto-Lei n.º 113/2014 de 16 de julho, Diário da República, 1.ª série — N.º 135 — 16 de julho de 2014. <https://files.dre.pt/1s/2014/07/13500/0387403878.pdf>.
- Djalo, M. (2014). *Relações Sul-Sul: A cooperação Brasil-Guiné-Bissau na Educação Superior no período de 1990-2011*. (Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia Política. UFSC: Florianópolis).<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123195>
- Doutor (2024). Estudantes guineenses no ensino superior em Portugal: barreiras e recomendações, REMHU, Revista v. 32, 2024, e 321848 <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ZmRjRQd3tgKZbhPQsKqBWht/>
- Ferreira, V. S (Eds). (2017). *Pesquisar jovens caminhos e desafios metodológicos*, ed. ICS
- Flahaux, M. L. (2017). The Role of Migration Policy Changes in Europe for Return Migration to Senegal, *International migration review*, Volume 51 Number 4 (Winter 2017):868–892. <https://doi.org/10.1111/imre.12248>
- Gois, P. & Marques, J. C. (2007). *Estudo prospetivo sobre imigrantes qualificados em Portugal* (Vols.1). Alto Comissario para Imigrações e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P)
- Góis, P. & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *Portugal: um retrato ainda singular? 40 anos volvidos*, e-cadernos CES. (29).<https://journals.openedition.org/eces/3307>
- Gonçalves, M. O. B. (2009). *Migrações e Desenvolvimento*, fronteira do caos editores, Porto Vols.1.
- INE (2021). Censo sobre a população de nacionalidade Estrangeira residente em Portugal. pp 1-32 <<https://tabulador.ine.pt/censos2021/?r=TEMAPT%7Ec%7E%23T111514> >
- Iorio, J. (2018). *Trajetórias de Mobilidade Estudantil Internacional: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal*. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa). <https://www.proquest.com/openview/085bf06590365e3f180cd0f19f5b2bbb>

- Januário, J. (2007). Análise do potencial de retorno dos quadros qualificados angolanos em Portugal - os ex-bolseiros pós-independência (Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa)
<https://www.proquest.com/openview/cc275d43c00900ba68f33fff1bd134db/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- Langa, E. N. B. (2017). Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro. *Mobilidade humana*. Vols.8 Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política.
<https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/126>
- Lei n.º 113/2014 de 16 de julho, que nos art.º 1.º e 2.º, regulamenta o acesso e ingresso dos estudantes internacionais no ensino superior nacional «acesso em fevereiro de 2024»
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/113-2014-55021010>
- Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino, «acesso em julho de 2024.
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1746&tabela=leis.
- Machado, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal* (Vols. 1)., celta editora, Lisboa
- Machado, L F (2009). Quarenta anos de imigração africana: um balanço, Lisboa. *Dossier: Emigração e Imigração*. Imigração. (56) p. 135-165.
<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1991>
- Malheiros, M. J. (1996). *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudanças, Imigração e processo de integração das comunidades de origem Indiana* (Vols. 1). Edições Colibri
- Marques, J. & Góis, P. (Eds.). (2023). *O regresso de emigrantes no Portugal contemporâneo* (Vols. 1). Editora, Almedina, S.A
- Martins. Mauritti, R. & Costa, A.F. (2020). Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal, CIES/DGES.
- Mateus, S. & Seabra. T. (2016). Políticas de integração dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa (1976-2015) *Atas do IX Congresso Português de Sociologia*.
<http://hdl.handle.net/10071/23137>
- Mauritti, R. Pintassilgo, S. Belchior-Rocha, H. Saleiro, S.P & Mendes, J. (2023). Mobilidade internacional por motivos de estudo: fluxos e distribuição de estudantes da CPLP no ensino superior e território português. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 47.
<http://hdl.handle.net/10071/30371>
- Oliveira, C. F.C. (2012). *Estudantes migrantes na UA: motivações e necessidade* (Dissertação de mestrado, não publicada, Universidade de Aveiro).
<https://www.proquest.com/openview/d0f8d1eae199ee3cfc8f1804ab8a398d/1>

- Oliveira, C.R. (Eds.). (2021). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2021*(Vols.). Alto Comissário para Imigrações e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P). <https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/paragraph/documents/19245/relatorio-estatistico-anual-20210.pdf>
- Padilla, B. Azevedo, J. França, T. (Eds.). (2017). *Migrações internacionais e políticas públicas portuguesas* (Vols.1). Mundos Sociais
- Peixoto, J. (2014). “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. *Revista, SOCIUS Working Papers* 11. <http://hdl.handle.net/10400.5/2037>
- Pereira, S. (2013). O papel do trabalho imigrante: discussão da posição laboral dos imigrantes dos Palop, em Portugal (distritos de Lisboa e Setúbal). https://migrant-integration.ec.europa.eu/sites/default/files/2014-08/doc1_42700_900939268.pdf
- Pires, R.P. (2003). *Migrações e integração, teoria e aplicações à sociedade portuguesa* (Vols. 1). Celta editora, Oeiras
- Portes, A. (1999). *Migrações internacionais origens, tipos e modos de incorporação* (Vols. 1). Celtas editora, Oeiras
- Rzozowski. (2012). Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Novo Desenvolvimento. av. 26* (75). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200009>
- Sá, C. Sin, C, Pereira, F, Aguiar, J.& Tavares, O. (2021). Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho, Porto, Fundação Belmiro de Azevedo
- Sani, Q. & Oliveira, M. R. (2014). Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau contribuições, limites e desafios. *Pedagogia: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE. Vol. 16. 33. ISSN-e 1984-1566.* <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5611546>
- Seabra, T., Roldão, C., Mateus, S. & Albuquerque, A.(Eds). (2016). *Caminhos escolares de jovens africanos (palop) que acedem ao ensino superior* (Vols. 1) Edições Alto Comissário para Imigrações e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P)
- Silva, A. G. D. (2016). Trajetórias de estudantes guineenses no Brasil: do processo de integração ao regresso/retorno. repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3726
- Sucuma, A. (2015). A participação do Estado e ensino superior no processo de desenvolvimento da Guiné Bissau. *Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social. v. 1 n. 1.* <https://periodicos.ufes.br/einps/issue/view/559>
- Sucuma, A. (2013). *O estado e ensino superior na Guiné-Bissau.1974-2008.* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Pernambuco) <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12451>

Unicef (2021). Guine Bissau educação. *MICS-EAGLE, análise de educação para aprendizagem global e equidade*. <https://data.unicef.org/resources/mics-education-analysis-for-global-learning-and-equity/>

Zanini, M.C.C. Barbara, L.S. & Cesário, F. (2017). Um panorama das migrações internacionais para o sul do brasil: haitianos e senegaleses em movimento. <https://www.academia.edu/36649244>

Anexos

Anexo 1 - Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal

Apresentação do estudo

O **Inquérito de Caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal**, é destinado a pessoas provenientes da Guiné-Bissau, atuais ou anteriores estudantes do ensino superior em Portugal. A sua realização está enquadrada num projeto de pesquisa com o mesmo título do inquérito, realizado para fins académicos, no âmbito do mestrado em Sociologia do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Esta pesquisa é orientada pela professora Rosário Mauritti (email: rosario-mauritti@iscte-iul.pt) & pelo professor Pedro Candeias (email: Pedro_Candeias@iscte-iul.pt).

O registo guardado das suas respostas ao inquérito não contém nenhuma informação identificativa a seu respeito, pelo que estão salvaguardado o anonimato e a confidencialidade dos dados. Para participar, por favor, **prima o botão azul abaixo**. Desde já agradecemos a sua colaboração.

Consentimento

Confirme, por favor, se concorda em colaborar neste estudo. Ao seleccionar “concordo” está a dar o seu consentimento para a utilização dos dados, que fornece livremente, para os fins indicados na apresentação do estudo de caracterização das Migrações Qualificadas de Guineenses em Portugal.

- ☐ Concordo
- ☐ Discordo

Qualquer questão adicional, pode contactar-me: Aladje Bari, Estudante do Mestrado em Sociologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Contacto telefónico 920 517 541, email: aladje_bari@iscte-iul.pt

Informações gerais:

1. É cidadão Guineense?

- Sim
- Não (o inquérito termina)

2. É ou já foi estudante do ensino superior em Portugal?

- Sim
- Não (o inquérito termina)

3. Qual o seu género/sexo:

- Homem
- Mulher

4. Quantos Anos tem?

18- 25 ☐

25-35 ☐

35-45 ☐

45- 55 ☐

55 - 65 ☐

5. Em que ano e mês chegou a Portugal?

6. Veio para Portugal com um visto de estudante? Não ☐ Sim ☐

7. Em que ano letivo ingressou formalmente no curso que frequenta ou frequentou (se, entretanto, interrompeu ou já concluiu o curso)?

8. Concelho de residência à chegada Portugal _____

9. Concelho de residência atual. _____

10. Partilha a sua casa com quantas pessoas?

10.1 Para cada uma das pessoas que estão a viver na sua casa, indique por favor o sexo, laço parentesco, naturalidade, escolaridade e condição perante a atividade económica:

Quantas Pessoa em casa?	Sexo	Relação com o próprio (laço de parentesco ou outro, como colega ou amigo)	Naturalidade	Grau de escolaridade	Condição p/ atividade económica (estudante, trabalha, outra)
Pessoa 1					
Pessoa 2					
Pessoa 3					
Pessoa 4					
Pessoa 5					
Pessoa 6					
Pessoa 7					
Pessoa 8					

11. Indique o tipo de alojamento onde está atualmente:

- Residência estudantil da Universidade
- Residência de estudantes privada
- Quarto/apartamento privado
- Outro (por exemplo, casa de familiar ou amigo/a)
- Casa própria

12. Qual o valor mensal relativo ao preço do alojamento? [Indique um valor arredondado à unidade]

Percorso escolar e profissional:

13. Indique qual o grau de escolaridade mais elevado que completou e o país onde concluiu esse grau:

Grau de escolaridade		País onde completou esse grau	
☐	Doutoramento		
☐	Mestrado	☐	Guiné-Bissau
☐	Licenciatura	☐	Portugal
☐	Bacharelato	☐	Outro país. Qual?
☐	Curso técnico-profissional, pós-secundário não superior		
☐	Ensino secundário		

14. Completou esse grau mais elevado em que tipo de instituição de ensino:

- Ensino Superior Público Universitário

- Ensino Superior Público Politécnico
- Ensino Superior Particular e Cooperativo Universitário
- Ensino Superior Particular e Cooperativo Politécnico

15. Indique qual o nome do curso que frequenta ou frequentou (se atualmente interrompeu ou já concluiu)?

15. Alguma vez interrompeu (formal ou informalmente) o seu percurso escolar após ter ingressado no ensino superior em Portugal durante pelo menos dois semestres consecutivos?

☐ Sim ☐ Não

[Apenas para os estudantes que interromperam os estudos]

16. Qual/quais foi/foram o(s) motivo(s) que o levaram a interromper o seu percurso escolar durante pelo menos dois semestres consecutivos?

Pode indicar mais do que uma opção.

- Dificuldades financeiras
- Motivos relacionados com a família (parentalidade; assistência aos filhos, pais, entre outros)
- Motivos relacionados com o trabalho (oportunidade de emprego, estágio ou outro)
- Mudança de residência para outro município mais longe da Instituição de ensino
- Dificuldades de mobilidade/transporte quotidiano casa-instituição de ensino
- Motivos relacionados com a saúde
- Atraso na chegada a Portugal dificultou a adaptação à universidade
- Dificuldade de compreensão da língua portuguesa
- Dificuldades gerais em acompanhar as aulas e as atividades de estudo
- Falta de meios para estudar. Por exemplo, não tinha computador
- Falta de motivação
- Outros _____ motivos. _____ Quais?

[Para todos]

17. Tem ou teve dificuldades em pagar a propina?

- Sim. Mais do que uma vez
- Sim. Mas é/foi uma situação pontual
- Não tenho/Nunca tive dificuldades

- Não. Sou bolsheiro. As propinas são/foram pagas através da bolsa.

18. Qual a sua situação atual enquanto estudante?

Selecione a opção que melhor descreve a sua situação atual:

- Estudante a tempo integral.
- Estudante a tempo parcial
- Atualmente não sou estudante. Interrompi // já concluí os estudos

19. Qual a opção que melhor caracteriza a sua condição perante a atividade económica atual?

- Tem um trabalho a tempo completo (trabalha 35 a 40 horas ou mais por semana).
- Tem um trabalho a tempo parcial (trabalha cerca de 20 horas a 30 horas por semana)
- Tem um trabalho a tempo parcial (trabalha cerca de 10 a 19 horas por semana)
- Trabalho ocasionalmente durante o período letivo
- Atualmente não trabalha, mas já trabalhou
- Nunca trabalhou, mesmo que pontualmente
- Outra situação. Qual? _____

20. Indique o seu principal meio de vida [Escolha uma das seguintes opções]

- Rendimentos provenientes da família.
- Suporte financeiro do Estado ou outras entidades (bolsa de estudos, subsídios, outro)
- Rendimentos próprios auferidos através de trabalho remunerado
- Outros meios de vida (poupanças, arrendamento de casa que deixou no país de origem, etc.)

[Apenas para os estudantes atuais que trabalham durante o período letivo]

21. No período letivo atual e durante uma semana típica de trabalho, a atividade remunerada consome-lhe quantas horas em média?

Atividade remunerada _____ horas/por semana

[Para TODOS os que exercem (ou já exerceram uma atividade remunerada)]

22. Qual a categoria profissional que melhor descreve a sua atividade profissional (atual ou última)?

- Dirigente de empresa ou organismo público.
- Profissional Intelectual e científico;
- Técnico/trabalhador com funções de chefia intermédia;
- Empregado administrativo;
- Trabalhadores dos serviços pessoais, segurança e do comércio;

- Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta;
- Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices;
- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e transporte;
- Trabalhador não qualificado

15.1 Assinale por favor em que setor de atividade económica:

- - Agricultura, silvicultura, pescas, pecuária, caça ou indústrias extrativas;
- -Indústrias transformadoras, construção civil e obras ou produção de energia;
- Comércio, turismo, transportes, atividades financeiras, segurança ou outras atividades de serviços.

23. Indique, por favor, qual a sua situação nessa profissão (atual ou última)

- - Trabalhador por conta própria – empregador/patrão
- - Trabalhador por conta própria – isolado/independente (p. ex. recibos verdes)
- - Trabalhador em empreendimento familiar (com ou sem remuneração)
- - Trabalhador por conta de outrem/ assalariado
- - Aprendiz ou estagiário (com ou sem remuneração)

24. Das seguintes frases indique a que melhor descreve a sua situação atual relativamente aos rendimentos disponíveis:

- Muito bons, consigo fazer poupanças
- Razoáveis, vivo com algum conforto e qualidade de vida
- Suficientes, tenho o necessário, mas por vezes chego ao fim do mês com algumas dificuldades
- Insuficientes: consigo assegurar o essencial, mas com muita contenção de gastos
- Muito insuficientes, não garantem a compra de alimentos e outros bens/serviços essenciais)

25. Relativamente à sua situação no país de origem, antes de migrar para Portugal por motivos de estudo, indique qual a situação que melhor descreve a sua experiência:

- A minha situação melhorou bastante, passei a ter melhor disponibilidade Financeira
- Financeiramente mantenho sensivelmente as mesmas condições
- A minha situação piorou um pouco, por vezes tenho mais dificuldades em assegurar as despesas do dia-a-dia
- A minha situação piorou bastante, passei a viver com muito mais dificuldades financeiras

26. Gostaríamos de saber a sua opinião sobre o que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas que vêm para Portugal a fim de estudos?

27. Indique quem deveria assumir a responsabilidade sobre essas ações?

- O Governo da Guiné-Bissau
- O Governo de Portugal
- A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

27.1. Quer fundamentar a sua resposta? Escreva aqui:

28. Gostaríamos de saber se tenciona regressar ao país de origem (Guiné-Bissau) após o término dos seus estudos.

Sim // Não

[Para os que responderam sim, querem regressar à Guiné-Bissau]

28. 1 Quando pretende regressar?

Das seguintes frases escolha a que melhor descreve a sua situação:

- ☐ Quero regressar de imediato
- ☐ Planeio regressar nos próximos dois a três anos
- ☐ Gostaria de regressar dentro de três a cinco anos
- ☐ Penso regressar daqui a alguns anos, entre cinco a 10 anos
- ☐ Quero regressar, mas ainda não sei quando

[Para os que responderam que não tencionam regressar à Guiné-Bissau]

29. Pode partilhar duas ou três razões que motivam a sua intenção de não regressar à Guiné-Bissau?

Anexo 2 – Flyer de convite para resposta ao questionário

CONVITE
PARTICIPAÇÃO NO QUESTIONÁRIO



**Caraterização das Migrações
Qualificadas de Guineenses em
Portugal**



Participe no Link /QRcode abaixo:
<https://l1nq.com/fE2BG>



Mestrando: Aladje Umaro Bari
Orientadora: Doutora Rosário Mauritti
Coorientador: Doutor Pedro Candeias